

RODRIGO WALLACE CORDEIRO DOS SANTOS

Pioneiros e duendes:
desenvolvimento e integração
da Amazônia a partir dos filmes
documentários de Jean Manzon

BELÉM- PARÁ
2018





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

RODRIGO WALLACE CORDEIRO DOS SANTOS

*Pioneiros e duendes: desenvolvimento e integração da Amazônia a partir dos
filmes documentários de Jean Manzon*

BELÉM
2018

RODRIGO WALLACE CORDEIRO DOS SANTOS

*Pioneiros e duendes: desenvolvimento e integração da Amazônia a partir dos
filmes documentários de Jean Manzon*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Comunicação, Cultura e Amazônia – PPGCOM, do
Instituto de Letras e Comunicação – ILC, da Universidade
Federal do Pará - UFPA, como parte dos requisitos
necessários para a obtenção do título de Mestre em Ciências
da Comunicação. Área de concentração: Comunicação.
Linha de pesquisa: Mídia e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Ivânia dos Santos Neves

BELÉM
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S237p Santos, Rodrigo Wallace Cordeiro dos
Pioneiros e duendes : desenvolvimento e integração da Amazônia a partir dos filmes documentários de Jean Manzon / Rodrigo Wallace Cordeiro dos Santos. — 2018
107 f. : il.
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM), Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Ivânia dos Santos Neves
1. Discurso. 2. Cinema Documentário. 3. Amazônia. 4. Grandes Obras. 5. Sociedades Indígenas. I. Neves, Ivânia dos Santos, *orient.* II. Título
-

CDD 791.4309811

RODRIGO WALLACE CORDEIRO DOS SANTOS

Pioneiros e duendes: desenvolvimento e integração da Amazônia a partir dos filmes documentários de Jean Manzon

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação. Área de concentração: Comunicação. Linha de pesquisa: Mídia e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Ivânia dos Santos Neves

RESULTADO: (X) APROVADO () REPROVADO

Data: 03/04/2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ivânia dos Santos Neves (Orientadora)

Prof. Dr. Otacílio Amaral Filho (Examinador interno)

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (Examinador externo)

BELÉM
2018



Defesa de Dissertação
Ata de Desempenho do Aluno

Aos 3 dias do mês de abril de 2018, às 8h30, foi realizada, na sala 6 do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom), da Universidade Federal do Pará (UFPA), a Defesa de Dissertação de **Rodrigo Wallace Cordeiro dos Santos**, cujo trabalho intitula-se **“Pioneiros e duendes: desenvolvimento e integração da Amazônia a partir dos filmes documentários de Jean Manzon”**. A Comissão Examinadora, constituída pela professora doutora Ivânia dos Santos Neves (PPGCom-UFPA) e pelos professores doutores Otacílio Amaral Filho (PPGCom-UFPA) e José Ribamar Bessa Freire (PPGMS-UNIRIO e Faculdade de Educação-UERJ), emitiu o seguinte parecer:

A dissertação aborda um tema relevante para a Amazônia e para o Brasil. O enfoque considera um período da história, mas projeta o contemporâneo. Também destacamos o lugar de resistência do movimento indígena apresentado no trabalho.

Resultado final:

Aprovado sem alterações condicionado a pequenas alterações

Aprovado mediante reformulação sob a responsabilidade do aluno e do orientador

Reprovado

Outros comentários:

Louvor

Indicação para publicação

Eu, Ivânia dos Santos Neves, orientadora, lavrei a presente Ata que segue por mim assinada e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Ivânia dos Santos Neves

Prof.ª. Dra. Ivânia dos Santos Neves - orientadora (PPGCom-UFPA)

Otacílio Amaral Filho

Prof. Dr. Otacílio Amaral Filho - examinador interno (PPGCom-UFPA)

José Ribamar Bessa Freire

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire - examinador externo (PPGMS-UNIRIO e Faculdade de Educação-UERJ)



Dedico este trabalho aos meus pais e ao meu irmão pelo carinho e afeto acima de quaisquer palavras e a todos os amazônidas que resistem das mais diversas formas aos mais de quatrocentos anos de invasão da Amazônia.

AGRADECIMENTOS

A Nossa Senhora de Nazaré, que eu tenho certeza que me abençoa e me protege pelos caminhos que eu percorro na vida;

A UFPA, por todo o percurso e todos os momentos marcantes vividos nos últimos doze anos, academicamente e pessoalmente, e que nos últimos quatro anos me acolhe também como servidor da instituição;

Ao PPGCOM e aos seus professores pelos conhecimentos compartilhados;

À Juliana, pela sempre disposição em ajudar a resolver as dúvidas que apareciam no PPGCOM;

A todos os meus amigos que durante esse processo do mestrado me ajudaram a transformar o tédio em melodia: Thaís, Vivi, Fabiana, Letícia, Rodrigo, Rodolfo, Tiago, Paulo, Phelippe, Nassif, Ariana, Gabriel, Kleyton, Ailton, Sávio, Moisés, Erleson, Herôn, Joice, Raynéia, Natássia, Andréa e Gleici. Todo amor que houver nessa vida pra vocês!

Aos amigos do GEDAI, com os quais compartilhamos sonhos, inquietações e muitos momentos de felicidade, em especial Flávia, Cris, Josué e Welton;

Ao Amigão, Maurício Messias Neves. Sempre serei grato por teres compreendido minhas inquietações acadêmicas e por teres contribuído bastante para que eu esteja hoje no mundo da pesquisa. Obrigado pela década de parceria e amizade e pela capa dessa dissertação. Valeu Amigão!

À professora Marcela Vecchione e ao professor Otacílio Amaral, que acompanharam todo o processo dessa dissertação, desde a pré-qualificação até a defesa da dissertação, com contribuições fundamentais e foram praticamente coorientadores deste trabalho. E também ao professor Bessa Freire pela participação na defesa e pela inspiração que ele transmite para que continuemos a estudar a Amazônia. Meu muito obrigado!

À minha querida e amada orientadora, Ivânia. Muito obrigado por compartilhar comigo sonhos, inquietações, resistências, muitos momentos de extrema felicidade e principalmente pela paciência comigo. O afeto, conhecimento, inquietação e lucidez com que falas sobre a Amazônia é um combustível diário para que sigamos reescrevendo a história da Amazônia e da América Latina. Muito obrigado professora!

À minha amada Jessica, por todo amor, afeto, incentivo, carinho, amizade, parceria e paciência durante todo esse processo, desde a seleção do mestrado até a defesa. Obrigado por ouvires todas as minhas angústias durante esse processo, pelo companheirismo e pela insistência em dizer que no final tudo daria certo. Te amo, Chica!

Ao meu querido irmão, Rangel. Obrigado por tanto amor, carinho e afeto. És o melhor irmão que alguém poderia ter. Te amo!

Ao meu amado pai, Raimundo. Pai, obrigado por todo amor, carinho, afeto, dedicação e esforço incansáveis e inesgotáveis para que nossa família conviva sempre da melhor forma e principalmente para que eu chegasse até aqui. A gratidão e o amor que sinto estão acima de qualquer palavra. Obrigado por tudo, pai! Te amo!

À minha amada mãe, Rosangela. Mãe, o amor, o cuidado, o zelo e a dedicação com que cuidas da nossa família me fazem sempre pensar que jamais poderemos retribuir tamanho afeto e carinho. Quando essa dissertação complicava, eu lembrava do teu sorriso e da tua alegria, que carregas mesmo nos piores momentos e tudo voltava a ficar bem. Mãe, muito obrigado por tudo! Te amo!

A estrada é uma espada. A sua lâmina rasga o corpo da terra. Não tarda que a nossa nação seja um emaranhado de cicatrizes, um mapa feito de tantos golpes que nos orgulhemos mais das feridas que do intacto corpo que ainda conseguimos salvar.

Mia Couto

RESUMO

Do final dos anos de 1940 até os dias atuais, a Amazônia brasileira recebeu várias ações do governo federal que, entre outras razões, possuem o objetivo de trazer progresso e desenvolvimento para a região. O ponto de partida desta pesquisa é a construção da estrada Belém-Brasília no final dos anos 1950, inserida num grande plano de desenvolvimento nacional, o Plano de Metas do governo do presidente Juscelino Kubitscheck. Durante o período de construção da estrada, havia uma legislação que incentivava a produção de pequenos documentários no país. O cineasta francês Jean Manzon foi um dos principais realizadores desses documentários de propaganda e sempre esteve muito próximo aos núcleos de poder do país. Aqui vamos analisar duas de suas produções sobre a construção da Belém-Brasília, *Amazônia vai ao encontro de Brasília* (1958) e *Coluna Norte* (1960) e procurar visibilizar os povos indígenas que viviam nesta região. Estes filmes são carregados de discursos sobre a Amazônia caracterizada pelo exotismo, ufanismo e ainda pela ausência de populações indígenas e outros povos. A partir dos estudos do discurso, tomando como referência as formulações de Michel Foucault e de Rosário Gregolin e de autores interessados em discussões decoloniais como Ivânia Neves e Aníbal Quijano, analisaremos quais as condições de possibilidades históricas que permitiriam que alguns discursos sobre a Amazônia fossem visibilizados e outros silenciados nestes filmes.

PALAVRAS-CHAVES: Discurso. Cinema Documentário. Amazônia. Grandes Obras. Sociedades Indígenas.

ABSTRACT

From the late 1940s to the present day, the Brazilian Amazon received several actions from the federal government that, among other reasons, aim to bring progress and development to the region. The starting point for this research is the construction of the Belém-Brasília highway in the late 1950s, part of a large national development plan, the Plan of Goals of the government of President Juscelino Kubitscheck. During the period of construction of the road, there was legislation that encouraged the production of small documentaries in the country. The French filmmaker Jean Manzon was one of the main directors of these propaganda documentaries and has always been very close to the power centers of the country. Here we will analyze two of his productions on the construction of Belém-Brasília, *Amazônia goes to meet Brasília* (1958) and *Coluna Norte* (1960) and seek to make visible the indigenous peoples who lived in this region. These films are loaded with speeches about the Amazon characterized by exoticism, fanfare and also by the absence of indigenous populations and other peoples. Based on the studies of the discourse, taking as a reference the formulations of Michel Foucault and Rosário Gregolin and authors interested in decolonial discussions such as Ivânia Neves and Aníbal Quijano, we will analyze the conditions of historical possibilities that would allow some discourses about Amazonia to be seen and others silenced in these films.

KEY-WORDS: Speech. Movie Theater. Amazon. Great Works. Indigenous Societies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Teatro Amazonas – Manaus.....	22
Figura 02 – Teatro da Paz.....	23
Figura 03 – Frames do filme “Xingu”	26
Figura 04 – Frames do Cinejornal “A Transamazônica” (1970) – Agência Nacional.....	27
Figura 05 – A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará.....	32
Figura 06 – Frames do Cinejornal Informativo 6/56 – Agência Nacional.....	41
Figura 07 – Frames do filme “O bandeirante”, de Jean Manzon	44
Figura 08 – Revista <i>O Cruzeiro</i> – 8 de janeiro de 1944.....	52
Figura 09 - Exemplo de filmes de Jean Manzon disponíveis na internet.....	57
Figura 10 - Filmes de Jean Manzon realizados no governo JK.....	59
Figura 11 – Apresentação do filme <i>Amazônia vai ao encontro de Brasília</i>	66
Figura 12 – Plano de imagens iniciais do filme	68
Figura 13 – Planos de um jacaré.....	69
Figura 14 – Cena do presidente Juscelino Kubitschek.....	70
Figura 15 – Divisa entre os estados Maranhão e Goiás (hoje, Tocantins)	71
Figura 16 – Saída da Caravana da Integração Nacional em Belém	72
Figura 17 – Placa informativa da construção da estrada Belém-Brasília.....	72
Figura 18 – Plano em cima da marca Mercedes-Benz	73
Figura 19 – Chegada da Caravana em uma cidade à beira da rodovia.....	74
Figura 20 – Apresentação do título do filme.....	76
Figura 21 – Mapa Etno-histórico Curt Nimuendajú.....	79
Figura 22 – Traçado da rodovia Belém-Brasília no mapa de Curt Nimuendajú.....	80
Figura 23 – Mapa das aldeias Apinayé.....	85
Figura 24 – Notícia circulada no jornal <i>Folha do Norte</i> – 26/01/1960.....	86
Figura 25 – Frames do filme <i>Índio cidadão?</i>	88
Figura 26 – Frames do filme <i>Índios no poder</i>	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Referências sobre a filmografia de Jean Manzon.....	54
Quadro 02 – Filmes produzidos por ano	55
Quadro 03 – Número de filmes de Jean Manzon disponíveis na internet.....	57
Quadro 04 – Prefeitos indígenas 2016.	91
Quadro 05 – Estados da Amazônia Legal cortados pela Belém-Brasília.....	96
Quadro 06 – Cidades paraenses que são cortadas pela Belém-Brasília	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – DISCURSOS, ACONTECIMENTOS E COLONIALIDADE	19
1.1 – A MÍDIA COMO MATERIALIDADE DA ANÁLISE DO DISCURSO	21
1.2 - AS DESCONTINUIDADES SOBRE OS DISCURSOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA	22
1.2.1 - HÁ MAIS DE 400 ANOS A IDEIA É DESENVOLVER	23
1.2.2 - AMAZÔNIA E A IDEIA PERMANENTE DE UMA NECESSÁRIA INTEGRAÇÃO	33
1.3 - O DISPOSITIVO	36
1.3.1 - A COLONIALIDADE DO PODER NA AMAZÔNIA E O DISPOSITIVO COLONIAL	38
CAPÍTULO 2 – CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADES PARA O APARECIMENTO DOS FILMES DE JEAN MANZON SOBRE A AMAZÔNIA	41
2.1– ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O GOVERNO JK	41
2.2. A IDEIA DA RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA E AS AÇÕES DE INTERVENÇÃO FEDERAL NA AMAZÔNIA	46
2.3- JEAN MANZON E A CARREIRA NO BRASIL	50
2.4 - A LEGISLAÇÃO DO CINEMA DE PROPAGANDA NO BRASIL (1930-1960)	54
2.5 - A PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA DE JEAN MANZON.....	55
2.6 – JEAN MANZON, JK E O FILMES SOBRE A AMAZÔNIA	58
CAPÍTULO 3 – DOS FILMES DE JEAN MANZON À RESISTÊNCIA INDÍGENA...	62
3.1. DA ADESÃO DA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO À INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA	62
3.1.1. A INTEGRAÇÃO NAS TELAS DOS CINEMAS: <i>AMAZÔNIA VAI AO ENCONTRO DE BRASÍLIA</i>	67
3.1.2 – O BANDEIRANTE SEGUE NA ESTRADA: <i>COLUNA NORTE</i>	72
3.2 - PROCURANDO BRECHAS NO DISCURSO DE JEAN MANZON	79
3.2.1 - NIMUENDAJÚ E OS APINAYÉ: MAPA E NARRATIVA.....	79
3.2.2. ONDE ESTÃO OS ÍNDIOS?	84
3.3 – QUATROCENTOS E POUCOS ANOS DE RESISTÊNCIA	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

*Entra ano e sai ano, sempre os mesmos planos...
Engenheiros do Hawaii*

No município de Presidente Figueiredo, no estado do Amazonas, em um dos afluentes do rio Negro, no rio Uatumã, território historicamente ocupado pela sociedade Waimiri-Atroari, está localizada a usina hidrelétrica de Balbina. Pensada e construída pelos técnicos do regime militar brasileiro no início da década de 1980, Balbina faz parte dos megaprojetos dos militares na Amazônia, como a Transamazônica, que não justificaram – pela sua eficiência e utilidade – o tamanho do impacto danoso aos povos da região amazônica. Na época da sua construção, a usina já era apontada por pesquisadores e ambientalistas como um desastre de grandes proporções. Hoje, essa ideia de fracasso da usina está consumada e reconhecida pelo Estado brasileiro. Em 2016, o então ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, disse em entrevista que a usina de Balbina foi “um dos maiores crimes ambientais que a engenharia já cometeu neste país”¹.

A hidrelétrica de Balbina interferiu incisivamente na vida dos Waimiri-Atroari. O lago da usina, que formou uma área inundada de 2928,5 km², atingiu cerca de 311 km² do território Waimiri-Atroari². Várias aldeias tiveram que ser deslocadas para outras áreas por causa do avanço das águas do lago. E foi nesse ambiente de obra faraônica aliado ao desrespeito aos povos da Amazônia que eu apareci nesse mundo e nessa região. Meu pai foi um dos operários que trabalharam nessa obra, o que fez com que ele e minha mãe se deslocassem de Belém para morar na vila dos funcionários de Balbina. Nasci no hospital da vila e morei lá até os quatro anos de idade. Depois disso retornamos para Belém e nunca mais voltamos à Balbina.

Partindo da formulação de que sujeito é constituído por uma historicidade que nos liga ao passado e ao presente (GREGOLIN, 2007a), penso então que esse acontecimento relatado acima pode produzir nos sujeitos que vivem na região amazônica e que são afetados diretamente, toda uma inquietação em relação aos projetos de desenvolvimento implantados na Amazônia.

A partir disso, tomamos os enunciados presentes na epígrafe desta introdução como a síntese das políticas de desenvolvimento para a Amazônia, constituídas por práticas discursivas que se instituíram desde o início da colonização e mais especificamente, como interessa a este trabalho, nos últimos 80 anos. Percebermos que a partir do final da década de 1940, as intervenções federais na região amazônica no que tange à questão do

¹ Para ver mais, acessar o link: <http://amazonia.org.br/2016/03/hidreletrica-de-balbina-foi-um-crime-ambiental/>

² BAINES, 1994

desenvolvimento, estiveram e estão pautadas até os dias atuais em um processo que inclui a implantação de grandes projetos de infraestrutura, como rodovias e usinas hidrelétricas e a exploração mineral. Ao analisarmos mais atentamente a implantação destes projetos, não é difícil perceber que não trouxeram os benefícios e o progresso prometidos para todos, mas sim impactos negativos para grande parte das populações amazônicas, sobretudo às sociedades indígenas, a exemplo do povo Waimiri-Atroari.

Esses processos de dominação e colonização da região amazônica estão atravessados pelas relações de poder, que colocam a Amazônia em uma permanente e frequente condição de colônia em relação ao Brasil e ao mundo. Em meio às estratégias para estabelecer estas relações de submissão, sempre houve uma potente circulação de discursos que instituía e reforçava a necessidade e muitas vezes a urgência de se estabelecerem os projetos de desenvolvimento. Nestes processos, que se iniciam com a colonização, mas se atualizam de acordo com as condições de possibilidades históricas, os discursos das sociedades indígenas e demais povos amazônicos foram manipulados, refutados, interditados e silenciados durante a implantação das grandes obras na Amazônia.

As ações de implantação de grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, no entanto, também foram marcados pela resistência, sobretudo, das populações impactadas negativamente por estas obras, como sociedades indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais. Porém, em muitos casos, a história é contada de uma forma a interditar a resistência aos planos de colonização e dominação da Amazônia.

Nas aulas de história, geralmente, estudamos a história do Brasil, sem considerar os movimentos de resistência dos povos indígenas e mestiços em relação primeiro à Coroa portuguesa e depois em relação ao Império brasileiro. Desde o início, a história passa a ser contada por um único foco narrativo. (JORDY FILHO, 2016, p.62)

Como assinala o teórico colombiano Jesus Martín-Barbero (2014), o percurso histórico da colonização da América Latina é composto por esses procedimentos de histórias não contadas ou contadas apenas sob uma única perspectiva, que é a do colonizador. A este fato ele se refere como incomunicação. O autor trabalha com pelo menos quatro formas desse processo. Retomamos aqui a primeira delas, a qual se alinha fortemente ao propósito deste trabalho:

A história da América Latina é a de um longo e denso processo de incomunicação. Incomunicação, primeiro, entre os diferentes passados, o que teria permitido decifrar a conquista e a colônia como processo histórico e não como fatalidade de um destino. Aprisionados em uma história em que somente houve próceres e soldados, mas não povo, os dominados se verão incapazes de reconhecerem-se a si mesmos no processo histórico que fez deles primeiro escravos e depois dependentes. Somente

hoje se começa a reescrever a história, a desmascarar as mentiras minuciosamente construídas e obstinadamente defendidas como fatalidades históricas. Escrever sua história é, na América Latina, iniciar a destruição dos muros que a impedem de se comunicar com a sua memória, relegada ao vazio ou à nostalgia a partir do dia anterior à conquista, e mistificada pelos próprios processos de independência. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 27)

Ao longo da execução destes grandes projetos na Amazônia, o Estado brasileiro se valeu de diversos produtos midiáticos, para justificar suas ações de intervenção na região. Entre estes produtos, sobretudo a partir dos anos de 1950, existe uma grande produção de conteúdo audiovisual composta por vários filmes documentários. Estes filmes tinham o objetivo de fazer a propaganda das obras e do governo federal e de legitimar estas intervenções federais na Amazônia. Um dos principais realizadores fílmicos foi o cineasta francês Jean Manzon, que atuou por pelo menos trinta anos alinhado aos interesses de diversos governos, desde a gestão de Getúlio Vargas nos anos 1940 aos primeiros governos militares no final dos anos 1960, fazendo propagandas institucionais através do cinema e produzindo documentários com âmbito de circulação nacional.

Os documentários produzidos por Jean Manzon tinham a duração média de 8 a 10 minutos e eram apresentados antes das sessões dos filmes comerciais em cinemas de todo o país. Estes filmes eram propagandas institucionais de órgãos públicos ou de empresas privadas. O francês Jean Manzon foi um dos maiores realizadores desse tipo de conteúdo, pois soube aproveitar bem os preceitos da legislação que amparava a produção do tipo de filme com o qual ele trabalhava. Sua habilidade técnica e sua primorosa articulação política lhe permitiram que estivesse sempre próximo aos núcleos de poder e por isso ter sido escolhido com frequência pelos governos brasileiros.

De acordo com uma pesquisa feita no catálogo de filmes brasileiros disponível no site da Cinemateca Brasileira, Jean Manzon produziu 362 filmes ao longo da sua carreira. Destas mais de 350 produções, identificamos, através dos títulos e das sinopses e da visualização de alguns, pelo menos 16 em que o cineasta retrata a Amazônia. Estes filmes são carregados de discursos ufanistas em relação à região. Além disso, os filmes de Jean Manzon ignoram a presença das sociedades indígenas e de outras populações amazônicas. O indivíduo que assiste a estas produções fica com a impressão de que a presença humana na Amazônia é inexistente ou começou a partir das intervenções federais na região. Entre estes filmes, podemos citar *Adeus ao inferno verde* (1967), *A malária no inferno verde* (1954), *Amazônia vai ao encontro de Brasília* (1958) e *Coluna Norte* (1960), sendo os dois últimos os filmes que escolhemos para serem nossos objetos de análise.

Consideramos, no entanto, que é necessário criar condições de visibilidade para os povos indígenas silenciados nestas produções, por isso, buscamos recorrer a outras materialidades além dos produtos audiovisuais, como por exemplo, os registros de pesquisa feitos por Curt Ninuendaju sobre os indígenas Apinayé, que nos permitiram saber um pouco mais sobre as sociedades que estavam no caminho do “desenvolvimento” da Amazônia, na década de 1950, época da construção da rodovia Belém-Brasília.

Nosso trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo apresentaremos nosso aporte teórico de pesquisa e análise. Nossa pesquisa está baseada fundamentalmente em algumas formulações propostas por Michel Foucault (2005, 2006, 2015, 2017), como história descontínua, dispositivo e redes de memória. A partir da análise de uma série de acontecimentos, buscaremos enxergar como os discursos de desenvolvimento e integração da Amazônia são recorrentes ao longo da história, em diferentes materialidades. Por fim, pensando a Amazônia como um território latino-americano, trabalharemos com a definição de colonialidade do poder, proposta pelo peruano Aníbal Quijano (1992) e que se complementa com a categoria de dispositivo colonial, proposta por Ivânia Neves (2015).

No segundo capítulo, faremos um recorte histórico na década 1950, para mostrar as condições de possibilidades que fizeram com que surgisse naquele período a maior obra até então construída na Amazônia, a estrada Belém-Brasília. Esta estrada está inserida na política desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek, que tinha como um dos eixos (re)ocupar e integrar a Amazônia ao restante do país. Este período também é marcado por grandes investimentos em obras de infraestrutura e pela instalação de grandes indústrias multinacionais no país. Nesse momento histórico, aparece a figura do fotógrafo e posteriormente cineasta francês, Jean Manzon. Apoiado pelos preceitos legais que permitiam a produção e a circulação nos cinemas brasileiros de filmes de curta duração, a maior parte em formato de documentário, e pelo patrocínio de empresas públicas e privadas à realização destes filmes, irá criar a produtora *Jean Manzon Films Ltda – A propaganda pela Imagem*. Mostraremos que Jean Manzon consolidou uma amizade com JK e que ela foi um dos fatores que contribuíram para o sucesso da sua produtora de filmes. Apontaremos ainda que Manzon tinha facilidade e habilidade para estar presente nos núcleos de poder do país. Desprovido de qualquer escolha político-ideológica, o que faz com que trabalhe para governos democráticos e para governos autoritários no país, Manzon tinha como única preocupação satisfazer os anseios dos seus clientes-patrocinadores. Por fim, falaremos sobre a parte da filmografia de Jean Manzon que aborda como temática a Amazônia e as obras que aqui estavam em andamento.

O terceiro capítulo deste trabalho é dedicado à análise, a partir das categorias apresentadas anteriormente, de dois filmes da obra cinematográfica de Jean Manzon que têm como tema a Amazônia. Os dois filmes, *Amazônia vai ao encontro de Brasília* (1958) e *Coluna Norte* (1960), têm como tema principal aspectos da construção da estrada Belém-Brasília. A Belém-Brasília, no que tange às obras que estavam em andamento durante o governo JK, só perdia em importância para a construção da nova capital federal, Brasília. Estes filmes possuem características em comum, como uma linguagem ufanista e exótica da Amazônia, aspectos comuns nos filmes de Manzon, que privilegia sempre imagens de animais e da floresta, reafirmando o discurso de que na região não havia populações tradicionais. Mas, ao contrário da mensagem transmitida por Manzon, mostraremos que no “caminho do progresso e do desenvolvimento”, existiam sociedades nativas, que habitam as terras ao longo da estrada historicamente e que foram impactadas pela obra. Através de brechas no discurso circulado pelos filmes, é possível constatar a presença de sociedades indígenas que foram afetadas pela abertura da estrada. Esses impactos sofridos pelas populações indígenas com a construção da estrada e também com a instalação de outros grandes projetos na região amazônica, assim como acontece desde a chegada dos portugueses à Amazônia, fez nascer uma forte resistência por parte destas sociedades às intervenções dos mais diversos agentes, às suas terras. A partir de duas recentes produções, os filmes *Índio Cidadão?* (2014) e *Índios no poder* (2015), do cineasta Rodrigo Arareju, é possível vermos como o movimento indígena se organizou ao longo da história e como ele tem se organizado nos dias atuais para garantir a manutenção dos seus direitos e do domínio sobre as suas terras. Por fim, falaremos que hoje as sociedades indígenas estão organizadas e empenhadas em eleger representantes para o Legislativo, em todas as suas esferas, uma vez que atualmente é deste núcleo de poder que tem partido os principais ataques a estas sociedades.

Esta pesquisa se insere dentro do projeto de pesquisa coordenado pela professora Ivânia Neves, *EtniCidades Amazônicas: fraturas, invenções e interações*, em andamento a partir do ano de 2017. Ressaltamos que esta pesquisa se junta a outras pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudo Mediações, Discursos e Sociedades Amazônicas—GEDAI/UFGA, coordenado também pela professora Ivânia Neves. Estes pesquisadores compartilham das nossas mesmas inquietações sobre as sociedades amazônicas e buscam pensar a Amazônia não mais a partir de uma perspectiva de subalternidade ou vítima de sucessivos ataques aos seus povos. Procuramos pensar a Amazônia a partir do protagonismo dos seus sujeitos tradicionais e assim criarmos a possibilidade de recontar a história das suas

populações a partir de suas próprias narrativas, que agora encontram condições de possibilidade para emergirem e serem visibilizadas.

CAPÍTULO 1 – DISCURSOS, ACONTECIMENTOS E COLONIALIDADE

Neste primeiro capítulo, faremos uma discussão sobre a perspectiva teórico-metodológica da nossa pesquisa. Em nosso trabalho, entendemos os filmes de Jean Manzon como materialidades discursivas e que eles evidenciaram alguns discursos, como o de desenvolvimento e integração da Amazônia e silenciaram outros, como os das sociedades indígenas, apoiados em dispositivos de poder. Para compreendermos o funcionamento desse jogo de circulação e interdição de discursos em um dado momento histórico, mostraremos os conceitos e as categorias de análise que estarão presentes nesse trabalho.

Este capítulo inicia com as contribuições de Maria do Rosário Gregolin no campo dos estudos de Mídia e Discurso. Segundo Rosário Gregolin, os estudos da Mídia e da Análise do Discurso (AD) se complementam e, portanto, a aproximação entre esses dois campos, acaba por desenvolver tanto um, quanto o outro, “pois ambos têm como objeto as produções sociais de sentido”. (GREGOLIN, 2007a, p.13)

Os conceitos focaultianos de história descontínua, redes de memória e dispositivo serão utilizados como base para a sustentação teórica desta pesquisa. Além disso, trabalharemos também com o método arqueológico proposto por Michel Foucault, uma vez que entendemos o discurso desenvolvimentista e integracionista na Amazônia como atualizado sempre nas discontinuidades da história. Entendemos que os discursos sobre a Amazônia nos filmes de Jean Manzon reforçam uma rede de memórias sobre a região.

O passado e o presente da Amazônia, na perspectiva ocidental, são compostos de memórias que foram se construindo historicamente, desde as narrativas dos primeiros invasores da região aos livros didáticos utilizados nas escolas. Os filmes de Jean Manzon, aqui compreendidos como uma mídia bastante influente na opinião pública fizeram recorrência a estas memórias. Uma prática bastante usual na colonização, com outras materialidades, e ainda bem atual em relação a diferentes produtos midiáticos massivos, seja numa reportagem de TV, numa matéria impressa, num filme e até mesmo numa telenovela. Historicamente, a mídia massiva não só procura e atualiza memórias, como também acaba por agenciar a memória sobre a Amazônia e demais assuntos. Este agenciamento se dá a partir da publicidade de algumas memórias e o silenciamento de outras.

Esse jogo de visibilidade e invisibilidade de algumas memórias sobre a Amazônia e suas sociedades, tensionado pelos mais diversos produtos midiáticos estão presentes em outros trabalhos já realizados pelo Grupo de Estudo Mediações, Discursos e Sociedades

Amazônicas–GEDAI/UFGA, coordenado pela professora Ivânia Neves. (CORREA, 2013; TOCANTINS, 2013; CARVALHO, 2015; SENA; 2015).

Em seu trabalho *Os Aikewara e a Mídia: Relações de poder, cultura e mediação*, Corrêa (2013) apresentou como se deu as tensões discursivas e identitárias presentes na sociedade Aikewara após a chegada dos meios de comunicação às suas terras. O trabalho do autor mostra a constituição de uma história do presente do povo Aikewara, implicada pelo contato sistemático e violento dos seus integrantes com os meios de comunicação. O trabalho de Tocantins (2013), intitulado *Mulheres indígenas no Facebook: corpos, intericonicidade e identidades*, utilizou como principal materialidade de análise as novas mídias, no caso o *Facebook*. Durante o período de sete meses, o autor observou as atividades de dois perfis de rede de duas usuárias que assumiam suas identidades indígenas: Sonia Bone Guajajara e Índia Ticuna Weena Miguel. Dessa forma, o autor buscou analisar como a rede social contribui para a construção de identidades e como seus usuários, que são sujeitos históricos, colocam em circulação diferentes discursos na web sobre o que é ser mulher e sobre o que é ser indígena. Em seu trabalho *O indígena na telenovela brasileira: discursos e acontecimentos*, Carvalho (2015) apresenta como as telenovelas que contam com personagens indígenas colocam em circulação estereótipos historicamente construídos sobre as sociedades indígenas, os quais podemos citar a fala errada indígena, a sensação de medo que eles transmitem e outros estereótipos. Já Sena (2015), com o trabalho *O indígena notícia na Tv Liberal: corpos de memórias coletivas*, a partir de reportagens exibidas pelo jornalismo da Tv Liberal, de Belém, buscou analisar os diferentes processos discursivos que inventaram e inventam as identidades indígenas no telejornalismo da TV Liberal. Portanto, o trabalho apresentado nesse momento procura se filiar a essa memória de discussões sobre as sociedades amazônicas a partir das materialidades presentes na mídia.

Para uma melhor compreensão destas categorias de análise, trataremos alguns acontecimentos discursivos contidos ao longo do percurso histórico da Amazônia, como exemplos de que eles estão descontinuamente dispersos na história e que contém certas regularidades. Para finalizar, faremos uma discussão sobre a colonialidade do poder, proposta pelo peruano Aníbal Quijano, que nos ajuda a pensar os processos atuais de dominação da América Latina. Aliado à colonialidade está a categoria de dispositivo colonial proposta pela autora Ivânia Neves, que nos auxiliará a pensar especificamente os processos atuais de dominação das sociedades amazônicas.

1.1 – A mídia como materialidade da Análise do Discurso

A Amazônia e suas sociedades tradicionais – das indígenas aos quilombolas - são marcadas por recorrentes histórias atravessadas por estratégias de dominação e colonização que se fundamentam, principalmente, em um discurso desenvolvimentista e de integração nacional. Com o papel cada vez mais importante que os meios de comunicação foram desempenhando na sociedade, a partir da segunda metade do século passado este processo de intervenção na Amazônia começou a ganhar visibilidade por meio da circulação de produtos midiáticos. Dessa forma, a mídia, entendida “como um ambiente de relações sociais de poder que produz e faz circular a informação” (AMARAL FILHO, 2017, p.29), tornou-se uma grande (re)produtora de materialidades. Dentro dessa perspectiva, a Análise do Discurso (AD) se propõe a estudar e compreender quais os efeitos de sentidos produzidos, em um determinado recorte histórico, pelas materialidades discursivas.

Na atualidade, diariamente, recebemos uma grande quantidade de informações através dos meios de comunicação. Com isso, temos uma oferta cada vez maior de objetos de estudos da AD e é cada vez mais frequente o interesse de pesquisadores da área da Comunicação em estudar a mídia a partir da perspectiva da AD. Neste trabalho, pretendemos fazer uma análise discursiva de alguns enunciados, que circularam em determinados períodos históricos em diferentes materialidades, sobre o desenvolvimento e a integração da região Amazônica a outros territórios.

Dentro da proposta teórico-metodológica deste trabalho, o nosso principal aporte teórico para compreendermos os processos que possibilitaram a emergência de certos enunciados num certo período da história, é a obra do intelectual francês Michel Foucault. Mas o que podemos entender por discurso a partir de uma perspectiva foucaultiana? Em sua obra *A Arqueologia do Saber*, Foucault nos apresenta um método para compreendermos o funcionamento dos discursos em nossa sociedade, o qual para ele, os discursos funcionam como práticas discursivas, inseridas em um dado momento histórico. (FOUCAULT, 2015) O termo discurso é apresentado por Foucault como sendo “um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2015, p.131). Esta definição nos leva ao que o autor irá explicar como sendo o enunciado:

Chamaremos enunciado a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer

sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível. (FOUCAULT, 2015, p.130-131)

O discurso, numa perspectiva foucaultiana, é enunciado por alguém e em um dado momento (FOUCAULT, 2006, p. 255), ou seja, o discurso é caracterizado também por ter uma densidade histórica. É a partir da história que vamos encontrar quais foram as condições que possibilitaram que certos enunciados emergissem em um dado período.

1.2 - As discontinuidades sobre os discursos de integração e desenvolvimento na Amazônia

A densidade histórica presente nos discursos é caracterizada pelo fato de que na compreensão de Foucault, a história não se constitui a partir de uma perspectiva linear, o que se opõe àqueles historiadores que se voltam para períodos longos e continuidades seculares. A história para Foucault acontece a partir das suas discontinuidades, as quais os discursos estão sempre presentes na sociedade e o que garante a sua circulação ou não são as condições de possibilidade presentes em um determinado período histórico. Dessa forma, o autor mostra como ele enxergava o trabalho dos demais historiadores:

Há dezenas de anos que a atenção dos historiadores se voltou, de preferência, para longos períodos, como se sob as peripécias políticas e seus episódios, eles se dispusessem a revelar os equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos, os processos irreversíveis, as regulações constantes, os fenômenos tendenciais que culminam e se invertem após continuidades seculares, os movimentos de acumulação e saturação lentas, as grandes bases imóveis e mudas que o emaranhado das narrativas tradicionais recobriria com toda uma densa camada de acontecimentos. (FOUCAULT, 2015, p.3)

A partir desta perspectiva histórica, pretende-se não buscar mais a origem dos acontecimentos, mas sim suas regularidades e suas dispersões ao longo da história. Em outras palavras:

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. (FOUCAULT, 2015, p. 31)

Antes de apresentarmos alguns exemplos da história da Amazônia que emergem certos enunciados sobre o desenvolvimento e integração da região, é necessário refletirmos sobre o acontecimento, “pensado como a emergência de enunciados que se inter-relacionam e produzem efeitos de sentido” (GREGOLIN, 2007b, p.4).

Para Foucault, “trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos” (FOUCAULT, 2006, p. 255). Vejamos então a seguir como funcionam estas práticas discursivas sobre o desenvolvimento e a integração da Amazônia.

1.2.1 - Há mais de 400 anos a ideia é desenvolver...

Figura 01 – Teatro Amazonas - Manaus



Fonte: <https://portaltucuma.com/exposicao-fotograficas-sobre-teatro-amazonas-sera-inaugurada-nesta-quarta-feira-no-teatro-chamine/>

Figura 02 – Teatro da Paz



Fonte: <http://turismoparaense.blogspot.com.br/2015/11/theatro-da-paz-um-presente-do-passado.html>

As imagens que acabamos de mostrar são consideradas os símbolos de um dos períodos mais marcantes da história da economia da Amazônia e sobre a questão do desenvolvimento na região. O Teatro Amazonas e o Teatro da Paz, localizados em Manaus e Belém, respectivamente, são uma das heranças do ciclo da borracha, período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX. Estas duas construções representam sinteticamente toda a modernização e a riqueza que circulava pela Amazônia durante o período da economia da borracha. Esse momento é conhecido pela grande produção e exportação da borracha vegetal, feita através da extração do látex presente na seringueira.

A Amazônia despertou os olhares do mundo para a produção de borracha devido às séries de transformações ocorridas na economia mundial no século XIX em decorrência da Revolução Industrial. Essas mudanças “financiaram a busca de novos materiais, a descoberta de processos e de métodos essenciais aos circuitos econômicos e às dinâmicas do capitalismo industrial na conquista de territórios e mercados,” (CASTRO; CAMPOS, 2015, p.22) Ainda segundo Castro e Campos:

A produção de borracha vai ao encontro de processos significativos na economia mundial e contribui para o desenvolvimento da indústria automobilística e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do fordismo como um modelo de produção em série e, portanto, de intensificação do trabalho. (CASTRO; CAMPOS, 2015, p. 22)

Para muitos, o ciclo da borracha é considerado um período de muita prosperidade e desenvolvimento para a Amazônia, principalmente para as suas duas principais cidades da região, Manaus e Belém. De fato, estas duas cidades foram bastante modernizadas, principalmente em suas infraestruturas durante o ciclo da borracha, em virtude do grande volume de dinheiro que circulou pela região. Esse capital, principalmente estrangeiro, fez com que as elites e os governos das duas principais cidades da Amazônia, adquirissem apreço e gosto pelo que vinha do exterior, principalmente da Europa e especificamente pelos traços e modos culturais da França, que naquele momento vivia sob a influência da *Belle Époque*. Não por acaso, o período de apogeu da economia da borracha também é conhecido como *Belle Époque* e Belém era chamada naquele momento de *Paris na América*.

Todavia, como é recorrente no percurso histórico Amazônico, todo esse desenvolvimento, progresso e prosperidade chegaram apenas para os poucos privilegiados que compunham as elites e os governos de Belém e Manaus. Para a maior parte da população que vivia e que veio para a Amazônia naquele período, coube apenas o papel de entrar na floresta e extrair o látex para os seus patrões. O processo de extração da borracha tinha como base a exploração do seringueiro, aquele que tirava o látex das árvores, pelo seringalista, o dono dos seringais. Essa relação desigual entre patrões e empregados ficou conhecida como sistema de aviamento.

O outro lado que viabiliza a exportação da borracha, que talvez seja o mais presente na vasta literatura produzida sobre esse período na Amazônia e no Brasil, é a forma pela qual o trabalho foi organizado para viabilizar a produção e o escoamento da borracha. A servidão nos seringais e a manutenção pela força e coação do sistema de aviamento eram práticas comuns em toda a extensão da Amazônia. (CASTRO; CAMPOS, 2015, p.22)

Obviamente que o sistema de aviamento não é recorrente na memória da *Belle Époque*, mas ele é parte indissociável da economia da borracha e podemos até afirmar que sem essa relação de trabalho não teria ocorrido a grande produção de borracha e a geração de riqueza proporcionada por esse produto.

A estrutura econômica da Amazônia caracteriza-se pelo sistema de aviamento: está ligada a quase todas as atividades de produção. Neste sistema, o aviador é a pessoa que efetua o aviamento, isto é, fornece os bens de consumo e de produção; o aviado é o que recebe. Na produção e circulação da borracha, de que nos ocupamos aqui, o seringueiro extrator é sempre o aviado, pois as suas relações econômicas restringem-se ao fornecimento dos produtos extraídos da floresta como pagamento das mercadorias que lhe foram aviadas; o aviador, por outro lado, é aviado do comerciante que lhe fornece as mercadorias e aviador para aqueles que adquirem suas mercadorias; há os grandes aviadores, em pequeno número e estabelecidos nas grandes cidades, e os pequenos aviadores que intermediam as mercadorias até chegar nas mãos do produtor e/ou extrator. (CHEROBIM, 1983, p.105)

Em síntese, os trabalhadores recebiam produtos e mantimentos de um aviador, que aguardaria o pagamento da dívida após a finalização do processo de extração da borracha. Só que o seringueiro nunca conseguia saldar a sua dívida por conta dos juros e da inflação dos produtos provocada pelo próprio dono da casa de aviamento e conseqüentemente acabava ficando preso a esta relação por causa da dívida.

A economia da borracha gerou e fez circular muita riqueza na Amazônia, sobretudo em Belém e Manaus. Mas, como dissemos anteriormente, estes ganhos com a borracha ficaram restritos às elites amazônicas e as empresas estrangeiras. À massa populacional da região restou apenas a pobreza, a miséria e uma condição praticamente escrava na economia da borracha, em razão do sistema de aviamento.

A circulação de um discurso desenvolvimentista é uma descontinuidade recorrente na história da Amazônia. Durante a década de 1970, por exemplo, quando o Brasil estava sob os mandos dos militares, novamente a região passa por um momento de intervenção estatal, agora com a abertura de estradas no meio da floresta. A abertura de estradas e outros projetos econômicos implantados durante o regime militar foram bastante danosos para as sociedades amazônicas, principalmente as sociedades indígenas. Para Márcio Souza, “o certo é que em quase todas as partes da Amazônia os projetos de desenvolvimento baseados no regime da segurança nacional causaram danos irreparáveis aos povos indígenas, levando alguns à extinção.” (SOUZA, 2015, p. 218)

Os projetos de desenvolvimento implantados pelos militares estavam sob a ideologia da chamada Doutrina de Segurança Nacional, em que de acordo com essa ideologia “todos aqueles que tentassem impedir a consecução dos objetivos nacionais permanentes eram inimigos e deveriam ser eliminados” (SOUZA, 2015, p. 224) Entre estes projetos, o de maior intervenção e conseqüentemente o de maior impacto foi a construção da rodovia Transamazônica. Segundo Márcio Souza, “a construção da Transamazônica trouxe graves conseqüências para os povos indígenas, ao simbolizar a abertura da região para outras rodovias, símbolos da pujança do milagre econômico” (SOUZA, 2015, p.221)

Figura 03 – Frames do filme “Xingu”



Montagem: Rodrigo Santos

A Figura 03 traz alguns frames extraídos do filme “Xingu”, do cineasta Cao Hamburger, produzido no ano de 2012. Este filme retrata a expedição dos irmãos Cláudio, Leonardo e Orlando Villas-Boas, três dos mais importantes indigenistas brasileiros, na região do rio Xingu. Os irmãos Villas-Boas estabeleceram contatos com diversas sociedades indígenas da área do rio Xingu, como os Caiabis e os Trumai. Nesta sequência de frames apresentamos o momento em que um militar da Aeronáutica apresenta a Orlando Villas-Boas o projeto e o traçado da rodovia Transamazônica, que iria do estado da Paraíba ao estado do Amazonas, cortando horizontalmente o território brasileiro. O militar pede a contribuição do indigenista para a retirada dos indígenas que possivelmente estivessem no “caminho do progresso”.

Orlando Villas-Boas: “Os Kren nunca viram homem branco antes. Eles podem reagir mal”.

Major da Aeronáutica: “Tira eles de lá! Limpa o caminho! Mas tem que ser rápido!”

Villas-Boas: “Major, será que não dá pra deixar eles lá mais um tempo nessa condição de isolamento?”

Major: “Não dá! E depois, não achamos que isolamento seja bom pra ninguém. Progresso sim é bom. Até pra índio”. (XINGU, 2012)

Nesta cena do filme “Xingu”, os discursos se digladiam e se confrontam em batalhas. (GREGOLIN, 2007a, p.17) Como vimos, Orlando Villas-Boas adverte o militar que na área do traçado da rodovia há presença de indígenas até então nunca contados com não-indígenas,

os Krenakore. Em contrapartida o militar afirma que nada poderá impedir a construção da estrada e podemos perceber em seu discurso, de forma clara, a presença da ideologia da Segurança Nacional, a qual todos aqueles que de alguma forma viessem a atrapalhar o desenvolvimento do país seriam considerados inimigos da pátria. Isso fica bastante evidente no diálogo desta cena e o qual transcrevemos anteriormente.

Figura 04 – Frames do Cinejornal “A Transamazônica” (1970) – Agência Nacional



Montagem: Rodrigo Santos

Os frames apresentados agora são uma sequência do filme “A Transamazônica”, produzido pela Agência Nacional, órgão oficial de notícias do governo brasileiro naquele período. O filme retrata a visita do então presidente da República, ditador Emílio Garrastazu Médici, à cidade de Altamira, no Pará, para a inauguração da placa que marcaria o início dos trabalhos de construção da Transamazônica no ano de 1970. Os enunciados são bastante semelhantes, mas agora não mais atravessados pela ficção no caso do filme “Xingu”. Neste pequeno filme, a Agência Nacional mostra trechos do discurso do presidente, evocando antigas memórias sobre a dominação e colonização da Amazônia.

O filme da Agência Nacional mistura as falas do texto da narração com trechos da fala do presidente, proferidas em seu discurso na sede da SUDAM, em Manaus. É possível, como em outros momentos históricos, reconhecermos indícios de uma postura colonial e de dominação da Amazônia pelo Estado brasileiro, o qual segundo o texto do narrador do filme “a colonização da Amazônia é dificultada pela escassez relativa de transportes” (A TRANSAMAZÔNICA, 1970)

A rodovia Transamazônica estava inserida dentro do Programa de Integração Nacional - PIN, instrumento da política desenvolvimentista do governo Médici, sobretudo para a Amazônia e o Nordeste³. Na concepção do PIN, a Amazônia, com as suas terras supostamente desocupadas, seria a solução para as pessoas sem terra que viviam no Nordeste. Nas palavras do presidente Médici, quando da sua visita à Amazônia em outubro de 1970:

Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e de desenvolvimento, com um mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar, sem inflação, o esforço necessário à solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia. (MÉDICI, 1970)

Neste trecho da fala do presidente Médici, vemos alguns conhecidos discursos sobre a Amazônia, como por exemplo, a região como sendo o lugar onde se pode prosperar e obter riqueza sem muitas dificuldades e o de uma terra desconhecida e despovoada, ignorando os povos que aqui habitavam. A fala do presidente é complementada por um trecho da narração em que a Transamazônica seria “uma vereda aberta ao nordestino para a colonização de uma região rica em vales férteis e promissoras jazidas minerais” (A TRANSAMAZÔNICA, 1970)

Em outro trecho da narração do filme, o texto aponta que “a Transamazônica é um passo imenso no sentido da ocupação racional de uma área que se caracteriza por um vazio demográfico só comparável aos das desoladas regiões polares.” (A TRANSAMAZÔNICA, 1970) Ainda que Estado brasileiro impusesse a ideia de um vazio demográfico na região amazônica, o que sabemos na realidade é que muitas pessoas foram impactadas de forma negativa durante a construção das estradas na Amazônia.

A consequência mais terrível da política dos grandes projetos impostos pelos tecnocratas da Ditadura Civil-Militar foi a expulsão dos camponeses e trabalhadores do extrativismo de suas posses e glebas, bem como a permissão para a invasão e integração forçada das etnias que a frente econômica encontrava pelo caminho. Milhares de famílias foram tiradas de seus lares e empurradas para a desagregação. Os conflitos de terra aumentaram de intensidade a partir de 1970, gerando focos críticos como a região do “bico do papagaio”, no sul do Pará, ou os estados de Rondônia e Acre. (SOUZA, 2015, p. 205)

Como vimos, não só tinham pessoas habitando a Amazônia, como essas pessoas foram expulsas de suas terras. E que, ao invés do tão esperado desenvolvimento e progresso da região, a Transamazônica e outros grandes projetos, trouxeram graves problemas, como os conflitos fundiários em toda a Amazônia.

³ Para mais informações sobre o Plano de Integração Nacional, ver MONTEIRO DA COSTA, 2004, p.481-521.

Podemos apreender então, a partir desses dois produtos audiovisuais e suas análises, uma antiga inquietação que se apresenta exatamente quando se fala em desenvolvimento e progresso para a Amazônia, a qual os povos que pertencem a Amazônia são ignorados e desprezados durante a implantação das grandes obras na região. Dessa forma, o desenvolvimento e progresso, prometidos por diversos governos, na realidade são para satisfazer a outras regiões do país, com a expansão dos negócios das grandes empresas nacionais e multinacionais para a Amazônia. Em alguns casos as elites locais e os governos da região amazônica são beneficiados, mas isso não se aplica a grande massa populacional da região.

Atualmente na região, vários projetos de “desenvolvimento” ainda estão em andamento por meio de grandes obras e projetos, como usinas hidrelétricas, a exemplo de São Manoel, que está sendo construída na fronteira entre os estados do Pará e Mato Grosso, no rio Teles Pires e projetos de exploração mineral, em que podemos citar as cidades do Pará, como Canaã dos Carajás – com os projetos Sossego, de extração de cobre, e o S11D, de extração de ferro e que é considerado o maior projeto de exploração mineral do mundo - e Parauapebas, com o Projeto Grande Carajás, de extração de ferro, manganês e outros minerais, implantados pela empresa Vale, antiga estatal Companhia Vale do Rio Doce. O discurso sobre o desenvolvimento da Amazônia está dentro de uma rede de memórias a qual contém várias ações intervencionistas na região, pautadas em grandes projetos estruturais. Estas intervenções compõem o percurso histórico amazônico, seja pelas cidades fundadas à beira dos rios no século XVII ou à beira das estradas construídas a partir da segunda metade do século XX.

Estes acontecimentos nos fazem compreender a “história do presente” (GREGOLIN, 2007a) amazônico, que se dá a partir, exatamente destas discontinuidades. Para Michel Foucault, “trata-se de fazer da História um uso que a liberte para sempre do modelo, ao mesmo tempo, metafísico e antropológico da memória. Trata-se de fazer da História uma contra memória e de desdobrar, conseqüentemente, toda outra forma do tempo” (FOUCAULT, 2005, p.277)

Para que seja possível uma análise do tempo presente amazônico e compreendermos os fatos que nos levam a vermos a recorrência de antigas ações desenvolvimentistas na região é preciso nos remeter a acontecimentos anteriores. Mas, esta imersão ao passado está dentro de uma perspectiva onde “a História estabelece uma nova relação com o passado e com a memória, pois o retorno tem como alvo a compreensão do presente e como objetivo fazer a crítica do presente” (GREGOLIN, 2007b, p.2)

Estes e outros enunciados acerca do desenvolvimento nos levam a pensar, a partir de suas regularidades e das suas dispersões, na formação de uma rede de memórias. Pois, de acordo com Foucault:

Todo enunciado é portador de uma certa regularidade e não pode ser dela dissociado. Não se deve, portanto, opor a regularidade de um enunciado à irregularidade (que seria menos esperado, mais singular, mais rico em inovações), mas sim a outras regularidades que caracterizam outros enunciados. (FOUCAULT, 2015, p. 176)

Portanto, tudo que se enuncia sobre o desenvolvimento e a integração da Amazônia está filiado a uma rede de memórias recorrentes e dispersas ao longo da história. Estas memórias, que ganham visibilidade através dos produtos midiáticos e de outras materialidades, não estão desvinculadas das relações de poder. Os discursos e as memórias que as diferentes materialidades carregam são sustentados pelas relações de poder que existem na sociedade. Pois, “onde quer que haja circulação de discursos, lá estarão as relações de poder” (NEVES, 2009, p. 105). Sobre as relações de poder, Foucault afirma:

Em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem certa economia dos discursos de verdade que funcione segundo essa dupla exigência e a partir dela. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Isso vale para qualquer sociedade, mas creio que na nossa as relações entre poder, direito e verdade se organizam de uma maneira especial. (FOUCAULT, 2017, p.278-279)

De acordo com Foucault, o poder irá nos submeter a produções de verdades e elas serão a sustentação do dispositivo de poder hegemônico em um determinado momento histórico. À época do início da invasão estrangeira na Amazônia pelos europeus no século XVII, os primeiros invasores em suas narrativas descreveram a região de forma ufanista, exótica e depreciando os habitantes que aqui encontraram. Essas vontades de verdade (GREGOLIN, 2007a, p.17) justificavam a colonização de região e a “civilização” das sociedades indígenas que aqui existiam. Em outro momento histórico, por exemplo, à época dos governos militares, como vimos anteriormente, o discurso de “um vazio demográfico” na Amazônia e o seu “isolamento” do restante do Brasil deram sustentação para uma nova investida colonial na região, a partir da segunda metade do século XX. Novamente retomamos o autor Márcio Souza, que nos sintetiza e revela uma ideia que vai de encontro às vontades de verdade estabelecidas para justificar a dominação da Amazônia, a exemplo da ideia de “vazio demográfico” criada sobre a região:

Quando os europeus chegaram, no século XVI, a Amazônia era habitada por um conjunto de sociedades hierarquizadas, de alta densidade demográfica, que ocupavam o solo com povoações em escala urbana, possuíam sistema intensivo de produção de ferramentas e cerâmicas, agricultura diversificada, uma cultura de rituais e ideologias vinculadas a um sistema político centralizado e uma sociedade fortemente estratificada. Essas sociedades foram derrotadas pelos conquistadores, e seus remanescentes foram obrigados a buscar a resistência, o isolamento ou a subserviência. O que havia sido construído em pouco menos de 10.000 anos foi aniquilado em menos de 100 anos, soterrado em pouco mais de 250 anos e negado em quase meio milênio de terror e morte. (SOUZA, 2015, p. 37).

Todavia, o poder não é somente institucionalizado, governamental ou está sob a posse de certo indivíduo, de um grupo ou mesmo das organizações da mídia. Segundo Foucault:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2017, p.284)

Corrêa (2013, p. 23-24) completa esta ideia em que “os sujeitos, não são passivos do poder, são seus fiadores” e, portanto, “há, no poder, circulação e funcionamento, uma engrenagem inteligível e combativa de produção de verdade”. Este trânsito do poder pode ser exemplificado em várias situações ocorridas ao longo do percurso histórico amazônico.

No século XX, por exemplo, nas décadas de 60 e 70, as produções de verdade vistas anteriormente e que circulavam à época diziam que o “progresso” deveria chegar a região, não importassem os obstáculos, sejam eles as árvores ou as pessoas. Devastar a floresta era preciso em nome do objetivo de sanar o “atraso” da região amazônica. A partir de um certo momento histórico, estas produções de verdade propagam a ideia de que é preciso conter a devastação da floresta, é preciso pensar uma nova forma de garantir o progresso da região, o “desenvolvimento sustentável”.

O dispositivo midiático atua hoje como o principal meio de mediação destas produções de verdade. Inclusive as resistências a uma vontade de verdade são também mediadas por esse dispositivo. Segundo Gregolin:

Em um momento histórico, há algumas ideias que devem ser enunciadas e outras que precisam ser caladas. Silenciamento e exposição são duas estratégias que controlam os sentidos e as verdades. Essas condições de possibilidade estão inscritas no discurso – elas delineiam a inscrição dos discursos em formações discursivas que sustentam os saberes em circulação numa determinada época. (GREGOLIN, 2007a, p.15)

Atualmente, por exemplo, o discurso sobre desenvolvimento na Amazônia não coloca mais em circulação enunciados que dizem respeito a ações indiscriminadas na região, sem qualquer tipo de plano para a minimização de impactos sociais e ambientais ou mesmo a implantação de grandes obras que não levem em consideração a presença de pessoas na área do empreendimento a ser construído. Mas isso não garante que estas intervenções sejam de pequenos impactos às sociedades envolvidas.

1.2.2 - Amazônia e a ideia permanente de uma necessária integração

Figura 05 – A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará



Fonte: <http://mosqueiro.no.comunidades.net/fundacao-de-belem>

A Figura 05 é uma tela que compõe o acervo permanente do Museu de Arte de Belém e chama-se *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará*, de autoria do artista paraense Theodoro Braga. A obra foi pintada a óleo sobre tela em 1908, a pedido do então intendente de Belém à época, Antônio Lemos, e retrata o momento da chegada da expedição portuguesa a Belém e conseqüentemente o marco inicial da conquista da Amazônia pelos invasores portugueses e do processo de integração da região a outros territórios. A chegada da expedição chefiada por Francisco Caldeira Castelo Branco às terras à beira da Baía do Guajará culminou na fundação da cidade de Belém, a 12 de janeiro de 1616.

Podemos observar que a tela de Theodoro Braga possui dois momentos opostos e dispostos em uma ordem do olhar. À direita nós temos os indígenas da sociedade Tupinambá, que habitavam em grande número (NEVES, 2009) o território que hoje conhecemos por

Belém, observando a chegada das embarcações portuguesas às margens de um igarapé. À esquerda do quadro nós vemos em construção o Forte do Presépio, construção que deu origem a cidade de Belém. Destaque significativo é como a ordem do olhar imposta pelo artista nos leva a um sentido de prosperidade e modernidade com a integração dos indígenas ao domínio europeu.

A composição das cenas nos leva a perceber o aspecto narrativo empregado na construção da tela. Quando o olhar do espectador segue o traçado da direita para a esquerda pode ler a história da gênese da sociedade amazônica, ou seja, a pintura é uma narrativa na qual o espectador observa a história de Belém, notando que o traçado é um processo que se desloca dos indígenas tupinambá nus e habitantes das florestas para os portugueses “senhores e conquistadores”, construtores da civilização. (CHAVES, 2016, p.123)

A tela de Theodoro Braga nos leva a refletir sobre um discurso de integração da região amazônica, o qual percebemos que este vai se configurar como presente na sociedade amazônica desde o primeiro contato dos conquistadores com as sociedades Tupinambá, que habitavam estas terras no século XVII até os dias atuais.

No século XVII, os portugueses já tinham o domínio da cidade de São Luís, obtido após a expulsão dos franceses, que fundaram a capital maranhense em 1612. É da capital do Maranhão que parte a expedição rumo ao litoral paraense, cujo objetivo era integrar novos territórios ao domínio português. No dia 12 de janeiro de 1616, Francisco Caldeira Castelo Branco chega a uma porção de terra densamente habitada pelos Tupinambá, como mostra a tela do artista paraense.

Como aconteceu no litoral sudeste, no Pará e no Maranhão viviam muitas sociedades Tupinambá e elas foram as primeiras contactadas pelos portugueses. A Igreja Católica, depois da experiência no Rio de Janeiro e na Bahia já havia elaborado dispositivos mais sofisticados para lidar com os Tupinambá no século XVII. Estes índios foram perseguidos pelos portugueses e muitos foram exterminados e uma boa parte se rendeu à catequese e se transformou na população pobre da cidade. (NEVES, 2009, p.94)

A fundação da cidade de Belém, assim como a primeira conquista dos portugueses no Brasil em 1500, marca um processo recorrente de integração de novas terras a um determinado poder hegemônico. Em sua maioria, ou podemos dizer, praticamente todos esses territórios que são alvo de uma ação de integração, pertencem às sociedades indígenas ou outras populações tradicionais. Portanto, o discurso de integração – e aqui pensamos o nosso local de enunciação – da Amazônia, é sempre uma ação impositiva de um poder dominante em uma determinada época. Consequentemente, podemos pensar em um processo que não se dará de forma passiva ou pacífica por parte dos dominados, diferentemente do que buscou

passar Theodoro Braga, ao pintar uma tela em que temos, primeiramente os indígenas em um suposto atraso vivendo às margens dos rios e igarapés e, após o contato com os conquistadores – os portugueses – eles começam a assimilar, num segundo momento o que seria “progresso” e a “civilização”, representado na tela pela construção do Forte do Presépio e até mesmo por alguns indígenas usando roupas ocidentais.

As intervenções na Amazônia, com vistas à sua integração a outros territórios, sempre foram marcadas pela resistência a essas incorporações, sejam territoriais ou culturais.

Também incomodava bastante aos portugueses o fato dos Tupinambá serem guerreiros habilidosos, que conseguiam reunir grandes contingentes para lhes fazer frente. Muito cedo os Tupinambá perceberam as intenções dos portugueses e, valendo-se de suas habilidades de guerreiros, rebelaram-se contra eles. (NEVES, 2009, 24)

Ainda neste trabalho, vamos assinalar um pouco mais sobre o processo de resistência dos povos indígenas às intervenções externas em suas terras e em suas culturas.

Em outro momento histórico, a integração do território amazônico foi pensada e executada através de uma política linguística, que unificasse a língua falada em toda a colônia, em meados do século XVIII. Segundo Bessa Freire (2004, p.247), a variedade linguística na Amazônia constituía “um arquipélago multiétnico e plurilíngue”, o qual a região tinha uma relativa unidade geográfica, porém com uma diversidade política e cultural, o que fez com que se desenvolvessem “várias centenas de línguas, pertencentes a diferentes troncos linguísticos”.

Nesse arquipélago linguístico, a necessidade de um entendimento entre os colonizadores e colonizados, fez com que se estabelecesse a LGA – Língua Geral Amazônica, que foi a língua hegemônica durante boa parte do período colonial na Amazônia.

A denominada LGA começa a constituir-se historicamente quando os primeiros colonos portugueses, que chegaram ao Pará em 1616, se defrontaram - entre as centenas de línguas indígenas da Amazônia - com o tupinambá, falado na costa do Salgado até a boca do rio Tocantins. (BESSA FREIRE, 2003, p.51)

A LGA não teve papel apenas de ser um instrumento de contato entre os portugueses e os indígenas. Ela também cumpria o papel de fazer com que os indígenas fossem integrados às atividades econômicas, através da compreensão da rotina de trabalho que os portugueses impunham aos indígenas. De acordo com Bessa Freire:

A chegada do europeu no Amazonas, considerado então como “rio Babel”, implicou rupturas e um reordenamento catastrófico, que encontrou na língua um dos

princípios organizadores. Através dela, foram feitas tentativas de integração das sociedades indígenas à economia mercantil. (BESSA FREIRE, 2004, p.248)

Mesmo com a função que a LGA exercia, até mesmo no aspecto econômico e de sua importância para os negócios da metrópole, a chegada do Marquês de Pombal ao Brasil no século XVIII irá acarretar uma nova política linguística para as duas colônias portuguesas na América. Pombal vem para a América e implanta uma série de reformas administrativas, dentre elas, determina que o português comece a ser a língua hegemônica na colônia.

Naquele momento, não se tratava mais de converter em usuários do português índios “selvagens”, monolíngues em centenas de línguas particulares, mas de fazer com que índios “mansos” e “tapuios”, catequizados, todos competentes em uma língua – a geral -, adquirissem a língua portuguesa, transformando-se em “índios civilizados e “caboclos”. (BESSA FREIRE, 2004, p.248)

Assim como outras formas recorrentes de contato e integração da Amazônia, a política de integração da região através da língua também foi dada de forma danosa, extinguindo várias línguas nativas para que a língua portuguesa se tornasse hegemônica.

Essa série de acontecimentos que relatamos aqui como exemplificação de algumas categorias utilizadas por Michel Foucault, origina uma formação discursiva sobre o desenvolvimento e a integração da Amazônia. Foucault nos apresenta então que

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações, diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2015, p.47)

As possibilidades de emergência de certos enunciados em um determinado momento histórico estão relacionadas ao funcionamento de dispositivos. Sobre essa categoria, também definida por Michel Foucault, trabalharemos no tópico a seguir.

1.3 - O dispositivo

Os processos de intervenção do Estado brasileiro na Amazônia, caracterizados aqui como desenvolvimento e integração, são práticas discursivas que se articulam e se relacionam dentro das relações de poder, através de um elemento chamado dispositivo. De acordo com Foucault:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 2017, p.364)

Foucault (2017, p.365) afirma ainda que ele entende “o dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante”. A Amazônia, como região historicamente subjugada à dominação e colonização por estrangeiros, irá sofrer penosamente os efeitos desses dispositivos de poder.

O dispositivo também funciona, segundo Deleuze (1996), a partir de quatro distintas dimensões, que segundo o autor formam as curvas de visibilidade, as curvas de enunciação, as linhas de força e as linhas de subjetivação. A autora Maria do Rosário Gregolin sintetiza estas curvas e linhas apresentadas por Deleuze:

As primeiras duas dimensões dizem respeito às formas de funcionamento da enunciabilidade e da visibilidade que regem os elementos de um dispositivo. Trata-se, portanto, da forma como, em um determinado dispositivo, funcionam os seus "regimes de luz" e "regimes de enunciados", a maneira como se estabelecem jogos entre o visível e o invisível, a eloquência e o silêncio, com suas derivações, suas transformações, suas mutações. Já as linhas de força atuam como “flechas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras”. Elas estão intimamente relacionadas com a dimensão do poder e, por isso, atingem todos os espaços do dispositivo, naquilo que o poder tem de “onipresente” – não no sentido de agrupar tudo numa (equivocada) unidade, mas em sua característica primeira de se produzir a cada momento, a partir da complexa e estratégica relação entre todos os pontos de um dispositivo. Quanto às linhas de subjetivação, são um processo, uma produção de subjetividade derivada das outras dimensões do dispositivo. Sendo um efeito que deriva das relações entre as outras dimensões, Deleuze considera a subjetivação como uma linha de fuga, produto de processos sempre mutáveis de acordo com as mudanças históricas. (GREGOLIN, 2015, p.11-12)

Neste trabalho buscaremos pensar sobre a Amazônia a partir do que entendemos como sendo dois exemplos de funcionamento do dispositivo: o midiático e o colonial. O ponto de partida para a construção deste trabalho se inicia a partir do contato com uma série de filmes produzidos pelo cineasta Jean Manzon, o qual vamos falar mais detalhadamente na segunda parte desta dissertação. Mas nesse momento é significativo fazermos algumas considerações sobre Jean Manzon e seus filmes, entendendo estes como mídia, e retomando esta como um lugar onde circulam relações sociais de poder e a informação. Dito isto, comecemos a pensar agora a mídia como um dispositivo.

Durante o processo de construção das estradas na Amazônia, como a Belém-Brasília e Brasília-Acre, estas intervenções, enquanto obras de uma administração governamental, no caso a do presidente JK, tinham seu funcionamento a partir de um dispositivo que podemos entender como midiático. A partir da década de 30, o Brasil passou a contar com uma legislação que garantia a produção e exibição de filmes de curta duração nos cinemas comerciais de todo o país. Pensemos então, o cinema como arte e com um amparo legal que

garantiu a sua relevância naquele momento histórico, como uma curva de visibilidade para as duas obras ditas anteriormente e os filmes propriamente ditos como as curvas de enunciação, as quais através dos produtos audiovisuais as obras e outras enunciações foram colocadas em circulação. Para Deleuze “não são nem sujeitos, nem objectos, mas regimes que é necessário definir pelo visível e pelo enunciável, com suas derivações, as suas transformações, as suas mutações” (DEULEUZE, 1996, p.1) Em outras palavras, o cinema continha o seu “regime de luz” entendido como o conjunto de leis que incentivava a sua realização e os filmes continham “um regime de enunciação”, que determinava o que poderia e o que não poderia ser enunciado por esse dispositivo.

Para Deleuze, “as linhas de forças produz-se <<em toda a relação de um ponto a outro>> e passa por todos os lugares de um dispositivo.” (DELEUZE, 1996, p.1). Esta linha está diretamente relacionada ao poder e também implica nas outras linhas. Podemos pensar aqui no Estado brasileiro e nas grandes empresas nacionais e internacionais que patrocinavam a realização dos filmes de Jean Manzon. Já as linhas de subjetivação são as formas como lidamos com o funcionamento do dispositivo, de forma individual e conseqüentemente diferente entre cada pessoa. Podemos pensar que, no período de circulação dos filmes de Jean Manzon sobre a Amazônia, nos anos 1960, a apreensão do filme não seria a mesma entre uma pessoa que assistisse ao filme no Rio de Janeiro e um indígena que morasse na área de impacto das estradas. Chamadas também de linhas de fuga, Deleuze as explica como “um processo de individualização que diz respeito a grupos ou pessoas, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos.” (DEULEUZE, 1996. p.2)

1.3.1 - A colonialidade do poder na Amazônia e o dispositivo colonial

Tomando como base o caráter interdisciplinar desta pesquisa, trazemos agora um autor latino-americano para nos ajudar a pensar sobre a colonização portuguesa, principalmente na Amazônia, que muito se assemelha à colonização espanhola nas Américas, foco de análise do autor peruano, Aníbal Quijano.

Quijano compreende o processo de expansão ibérica para as Américas de uma forma muito mais além do que frequentemente costuma-se entender, como apenas uma relação de exploração e dominação entre metrópoles e colônias.

Com efeito, ao observarmos as linhas principais da exploração e da dominação social em escala global, as linhas matrizes do atual poder mundial, sua distribuição de recursos e de trabalho, entre a população do mundo, é impossível não ver que a vasta maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados são exatamente os membros das “raças”, das “etnias”, ou das “nações” em que foram categorizadas as populações colonizadas, no processo de formação desse poder mundial, da conquista da América em diante. (QUIJANO, 1992, p.12)

Segundo Quijano, a expansão ibérica no século XVI é o marco inicial de um processo de exploração da América Latina que continua até os dias atuais. Para a sua análise de que ainda no tempo presente os países latino-americanos ainda são olhados sob um aspecto de território a ser explorado, o autor difere o colonialismo, praticado no século XVI da colonialidade do poder, que seria uma outra forma de exploração após a independência de vários países latino-americanos.

Por outro lado, foi estabelecida uma relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes. Essa dominação é conhecida como colonialismo. Em seu aspecto político, sobretudo formal e explícito, a dominação colonial foi derrotada na grande maioria dos casos. A América foi o primeiro cenário desta derrota. Posteriormente, desde a Segunda Guerra Mundial, a África e a Ásia. Assim, o colonialismo, no sentido de uma dominação política formal de algumas sociedades sobre outras, parece assunto do passado. (QUIJANO, 1992, p.11)

Porém, esse fim do colonialismo não significa que esteja cessada a exploração e a dominação dos países da América Latina, como explica Quijano:

A colonialidade, em consequência, é ainda o modo mais geral de dominação no mundo atual, uma vez que o colonialismo, como ordem política explícita, foi destruído. Ela não esgota, obviamente, as condições nem as formas de exploração e dominação existentes entre as pessoas. Mas não parou de ser, há 500 anos, seu marco principal. As relações coloniais de períodos anteriores provavelmente não produziram as mesmas sequelas e, sobretudo, não foram a pedra angular de nenhum poder global. (QUIJANO, 1992. p.14)

Ao pensarmos em alguns acontecimentos da história da Amazônia, como a fundação das cidades amazônicas, a exploração da borracha, a aberturas das estradas, a nova colonização da época dos governos militares, isso sem falar no belicoso e traumático processo de adesão da Província do Grão-Pará a independência do Estado brasileiro de Portugal, o qual vamos tratar com mais detalhes na terceira parte deste trabalho, fica bastante notória a presença desta colonialidade, que ainda coloca a Amazônia sob um estatuto de dominação e exploração. A colonialidade ocorre com o passar dos anos de forma atualizada. Além dos acontecimentos acima mencionados e pensando em questões mais atuais, vemos que a colonialidade do poder está presente nos interesses de políticos, como a chamada bancada ruralista da Câmara dos Deputados, que a todo momento buscam aprovar dispositivos legais para a apropriação e dominação de territórios indígenas e de populações tradicionais e estrangeiros que se unem a políticos brasileiros e órgãos governamentais para que abram caminho para a compra de terras no Brasil e o prosseguimento da exploração dos recursos

naturais. Além disso, vemos que todos estes discursos são postos em circulação através do dispositivo midiático, que também se alia a todos os interesses anteriormente mencionados.

A partir desta ideia de colonialidade do poder e do dispositivo trabalhado por Foucault, Ivânia Neves desenvolveu a proposta do dispositivo colonial, para pensar as relações de dominação que ainda se fazem presentes nas sociedades amazônicas e nos discursos que circulam sobre elas.

Este grande dispositivo, o sistema colonial, engloba o poder colonial das metrópoles europeias e a colonialidade, que representa sua atualização, com seus diferentes matizes, prossegue nas histórias das sociedades amazônicas e em muitas outras histórias da América Latina, a moeda colonialidade/modernidade continua a se atualizar e ela está intensamente presente, sobretudo nas ações do poder público na cidade. (NEVES, 2015, p.31)

Por fim, ao analisarmos os documentários produzidos pelo cineasta Jean Manzon na segunda metade do século XX, é impossível não pensar o dispositivo da mídia associado ao dispositivo sistema colonial. Na sociedade atual, caracterizada pelo domínio dos meios de comunicação, pensamos em um atrelamento indissociável entre o dispositivo colonial e o dispositivo midiático, uma vez que as atualizações do dispositivo colonial são principalmente propagadas pelos meios de comunicação, ou seja, o dispositivo midiático.

A formação discursiva sobre o desenvolvimento e a integração da Amazônia é constituída de diversos acontecimentos, que vão desde e a economia da borracha e a sua *Belle Époque* aos atuais projetos de infraestrutura e exploração mineral presentes na região.

Todavia, cada período histórico tem as suas específicas condições de possibilidades que permitem a emergência de certos enunciados, os quais possuem uma regularidade e uma filiação a estas formações. Na segunda metade do século XX, o processo de abertura de grandes eixos rodoviários na Amazônia irá retomar estas memórias desenvolvimentistas e integracionistas, principalmente através de produtos audiovisuais. As tensões presentes nesse jogo de visibilização e invisibilização de discursos serão abordadas no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2 – CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADES PARA O APARECIMENTO DOS FILMES DE JEAN MANZON SOBRE A AMAZÔNIA

Neste capítulo, falaremos sobre as condições de possibilidades históricas que fizeram com que aparecesse no ramo do cinema, os filmes de Jean Manzon e sua empresa cinematográfica. Jean Manzon se consolidou como um grande e importante realizador de documentários durante os anos 50 e 60 do século XX.

Iniciaremos fazendo um breve apontamento sobre as características do governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), marcado por um intenso processo de modernização do país, configurado em grandes obras de engenharia e instalações de indústrias, os quais tinham o objetivo de finalmente por em prática o desenvolvimento do Brasil.

Pensando na Amazônia, esse discurso desenvolvimentista do presidente JK recorre a uma antiga memória sobre a região e retoma o discurso integracionista, sobretudo das regiões Norte e Centro-Oeste ao restante do território nacional. Essa integração se daria a partir da abertura de estradas, que tinham o sentido de ocupar e povoar principalmente a Amazônia, vista ainda pelo Estado brasileiro como uma terra sem gente. Falaremos sobre a política de intervenção federal na Amazônia, que a partir dos anos 40 do século XX, passará a ser pensada e executada por organismos do Estado brasileiro.

Discutiremos também a trajetória do cineasta Jean Manzon e sua habilidade para estar presente nos círculos do poder. Esta articulação política foi crucial para o sucesso e visibilidade dos seus filmes e de sua empresa. Veremos que Jean Manzon beneficiou-se da legislação que amparava o seu tipo de produção, documentários de curta duração, e soube capitalizar os preceitos legislativos para o crescimento da *Jean Manzon Films S.A.*

Por fim, a partir da catalogação dos filmes de Jean Manzon, destacaremos as suas produções em que a Amazônia é usada como temática. Alguns desses filmes serão nossos objetos de análise na parte final deste trabalho.

2.1– Alguns apontamentos sobre o governo JK

Juscelino Kubitschek de Oliveira chega à presidência da república no ano de 1956, após ter vencido as eleições do ano anterior com 36% dos votos do eleitorado brasileiro⁴ e

⁴COSTA COUTO, p. 133

com as credenciais do seu governo pautado em realizações no âmbito da infraestrutura no estado de Minas Gerais.

Figura 06 – Frames do Cinejornal Informativo 6/56 – Agência Nacional



Montagem: Rodrigo Santos

O governo de JK no estado de Minas ficou marcado por ter como principais metas o que era conhecido na época como o “binômio” energia e transportes. O autor Ronaldo Costa Couto escreveu uma biografia sobre o ex-presidente e neste livro ele retoma algumas falas de Juscelino. Sobre o governo de Minas Gerais, JK diz o seguinte:

Não existia em todo o estado um só parque industrial concebido segundo um planejamento técnico capaz de realizar a transformação da sua matéria-prima abundante numa fonte sempre crescente de bens de consumo. As cidades, quase sempre com luz precária e não dispondo – com raras exceções – de energia nem para acionar um simples torno de marceneiro, viviam isoladas umas das outras, pela inexistência de estradas pavimentadas. Minas Gerais vivia reclinada em berço esplêndido. Quando me candidatei à governadoria, ao fazer um levantamento das necessidades do estado, fui, de surpresa em surpresa, constatando sua assustadora parada no tempo. (COSTA COUTO, 2011, p.106)

Estes ideais presentes na sua gestão em Minas, estarão presentes, de forma mais ampla e elaborada, também em sua plataforma de governo quando fora eleito presidente do Brasil. O presidente e sua equipe elaboram um ambicioso plano de investimentos para o desenvolvimento e industrialização do país. Este plano ficou conhecido como Programa de Metas:

Suas 31 metas estão assim desdobradas: energia (metas 1 a 5): energia elétrica e nuclear, carvão, produção e refino de petróleo; transportes (metas 6 a 12): construção e reequipamento de estradas de ferro, estradas de rodagem, marinha mercante, portos e barragens, transportes aéreos); alimentação (metas 13 a 18): trigo, matadouros, frigoríficos, mecanização, fertilizantes; indústrias de base (metas 19 a 29): borracha, exportação de ferro, veículos motorizados, construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico; educação (meta 30); e, finalmente, a construção de Brasília, meta-síntese. (COSTA COUTO, 2011, p.144)

O Programa de Metas do governo de Juscelino estava ligado ao conhecido slogan que marcou a gestão de JK: “50 anos em 5”, o qual o Brasil avançaria o equivalente a cinco décadas durante os seus cinco anos de mandato. Entre outros objetivos, JK pretendia fazer o Brasil passar por um grande e intenso processo de industrialização, que de acordo com a sua visão, traria desenvolvimento econômico e social ao país.

O Brasil até o seu governo, segundo JK, estava voltado apenas para a sua faixa litorânea. Era nela que se concentravam os polos de desenvolvimento e de densidade demográfica. Segundo JK, civilização, núcleos populacionais e densidade demográfica, que de acordo com a sua visão, seriam “sintomas de progresso”, existiam apenas “ao longo da extensa faixa litorânea, cuja profundidade não ultrapassava uma faixa de duzentos quilômetros” (KUBITISCHEK DE OLIVEIRA, p. 11). Ainda segundo Juscelino,

O Brasil deveria extinguir seus espaços vazios. Para que esse escopo fosse atingido, diversos tabus teriam de ser quebrados; **processar-se a exploração dos seus imensos recursos naturais**; proceder-se à extinção dos seus clamorosos desníveis sociais, por intermédio de uma disseminação uniforme do progresso; fazer-se a aproximação dos núcleos populacionais pela abertura de estradas em todas as direções; dar-se energia abundante e barata aos Estados, providenciando-se a construção de usinas hidrelétricas onde elas se fizessem necessárias e sem qualquer preocupação regional; atrair capitais externos, de forma a possibilitar a ereção de siderúrgicas, tendo em vista uma industrialização nacional; irrigar-se, por meio de uma intensiva política de açudagem, a terra seca do Nordeste, para estimular sua agricultura; **devassar-se a floresta amazônica, de modo a incorporá-la ao território nacional** e, por fim, mudar-se a sede das decisões governamentais, construindo-se a nova Capital no centro geográfico do País. (KUBITISCHEK DE OLIVEIRA, p. 12, grifos nossos)

O governo JK tinha como objetivo fazer uma grande integração do território brasileiro. Em sua gestão, a capital do país mudaria do Rio de Janeiro e iria para Brasília, centro geográfico do país, localizado no planalto central. Com a mudança da sede da capital da República, todas as regiões brasileiras deveriam convergir para o novo centro de decisões do país, através principalmente das estradas. E seria ao longo desses caminhos que levariam as diversas regiões do país até Brasília, ainda na visão de JK, que surgiriam o progresso e o desenvolvimento do país e a integração nacional.

Agora vamos voltar à passagem citada anteriormente, onde grifamos alguns períodos. Destacamos estes períodos para fazermos algumas observações a cerca da política desenvolvimentista de Juscelino para a Amazônia, justamente o que vai nos interessar neste trabalho. No discurso desenvolvimentista de JK percebemos a presença do dispositivo colonial, que é atualizado, mas que deixa alguns indícios de que, o que ocorre de fato, é apenas uma nova investida com traços coloniais na Amazônia.

Segundo Souza (2015, p.57) a conquista da Amazônia a partir do século XVII foi “um processo civilizatório prodigioso, destrutivo e brutal” em que as riquezas da região foram saqueadas e diversas culturas que aqui existiam, exterminadas. Ao dizer que o interior do Brasil, e aí se inclui a região amazônica, precisaria ser ocupado e que estas regiões deveriam ter seus recursos naturais explorados, JK traz de volta e atualiza essa memória do período colonial. Ao se referir especificamente sobre a Amazônia, o ex-presidente é mais incisivo ainda em seu discurso colonialista, pois segundo ele o país deve “devassar-se a floresta amazônica, de modo a incorporá-la ao território nacional”. O período JK, portanto, nada mais é para a Amazônia do que mais uma consequência do dispositivo colonial que tem prevalecido na região há mais de quatrocentos anos.

De acordo com Maria Leandra Bizello (1995), Juscelino é o “bandeirante moderno”. O próprio Juscelino em suas palavras retoma esse espírito dos antigos bandeirantes. Ao falar sobre a construção da rodovia Brasília-Acre, o ex-presidente diz que:

Enquanto se processava a consolidação de Brasília, lançava as vistas para outra obra (rodovia Brasília-Acre), cujos objetivos eram de maior relevância e se vinculavam à posse, pelos brasileiros, do seu imenso território. Tratava-se do que denominei de Aproximação da Fronteira Ocidental, isto é, realizar em pleno século XX, mas em outras condições e sob a inspiração de ideais verdadeiramente nacionais, o que os bandeirantes haviam levado a efeito nos meados do século XVII. (KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 2000, p.402)

É dentro dessa perspectiva dos ideais dos bandeirantes que Jean Manzon realiza o filme “O Bandeirante”, em 1957, para exaltar a figura de desbravador de Juscelino. A seguir veremos algumas imagens deste filme:

Figura 07 – Frames do filme “O bandeirante”, de Jean Manzon



Montagem: Rodrigo Santos

Ao vermos estas imagens do filme não é com muita dificuldade que podemos afirmar a recorrência a uma memória colonizadora, caracterizada nesse caso pelos antigos bandeirantes. Podemos ver o bandeirante no mato, desbravando o interior. Temos também o novo mapa das bandeiras do século XX, agora todas elas convergem para a nova capital

federal. E por fim vemos a modernidade do bandeirante, onde agora ele utiliza um avião para sobrevoar os novos territórios a serem desbravados.

Na última sequência do filme, em que é mostrada a inauguração de Brasília, o narrador sintetiza esse espírito bandeirante presente em JK: “No dia 21 de abril de 1960, o bandeirante Juscelino Kubitschek deu sua decisiva arrancada. Inaugurando a nova capital ele iniciou uma nova era: a da integração nacional.” (O BANDEIRANTE, 1957)

2.2. A ideia da rodovia Belém-Brasília e as ações de intervenção federal na Amazônia

É a partir da sua inserção no Programa de Metas e das atualizações do dispositivo colonial, caracterizadas como integração nacional e desenvolvimento, que surge a maior obra construída na Amazônia até então: a abertura da estrada Belém-Brasília. A estrada ligaria a capital do estado do Pará à futura capital do Brasil, Brasília. A ligação entre Belém e a nova capital federal passando pelo meio da floresta amazônica era uma verdadeira obsessão de Juscelino.

Quando sobrevoava a Amazônia, figurava na mente a linha reta que vincularia Brasília a Belém. Seria uma linha, rasgada na floresta e estendida sobre rios caudalosos, que levaria a civilização a regiões só palmilhadas por índios. Havia chegado a hora de se transformar a obsessão em realidade. Ia surgir a Belém-Brasília. Como os candangos de Brasília, eu, também, me considerava um "construtor de catedrais". (KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, 2000, p. 97)

O autor Francisco de Oliveira nos dá mais elementos para ampliarmos a nossa compreensão sobre esse processo de modernização da Amazônia inserido dentro do projeto político-econômico de JK. O autor nos diz que esse processo nada mais é do que uma reconquista do território amazônico, fazendo referência à conquista colonial do século XVII na região. Para Oliveira (2009, p. 83)

A Reconquista parte do mesmo pressuposto de descobrimento: descobrir significa revelar o desconhecido, o sem nome, sem forma e sem sujeitos. O Conquistador por essa lógica, se arvora todos os direitos: o que descobre é seu, ele lhe dá os nomes, o conforma e é o sujeito da descoberta, pois revela o que não existia (OLIVEIRA, 2009, p.83)

A partir das palavras do autor e ao analisarmos os acontecimentos históricos ocorridos na Amazônia a partir de uma perspectiva de expansão de novas frentes de desenvolvimento do país presentes na política de JK, vemos que há muita consistência na ideia apresentada por Oliveira. Ao prestarmos atenção, por exemplo, nas cidades que se formaram ao longo da rodovia Belém-Brasília, seus núcleos fundadores sempre compostos por trabalhadores que vieram de outras regiões para trabalharem na construção da estrada e acabaram ficando na

Amazônia, os nomes dessas cidades⁵, isso sem falar no engenheiro responsável pela construção da estrada, Bernardo Sayão, que nas palavras do próprio JK, é o grande líder e desbravador do interior do Brasil. Nas palavras de Juscelino “Sayão era o Fernão Dias de que necessitava - o bandeirante do século XX que, em vez de botas, usava um teco-teco. Audácia, coragem, determinação, eis as qualidades que lhe exornavam o caráter.” (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 2000, p. 97) Os antigos conquistadores do século XVII eram vistos também como grandes heróis e detentores de bravura, coragem e outras características que enalteciam não só a eles mesmos, mas principalmente a nação a qual eles pertenciam.

Para Edna Castro e Índio Campos (2015), esse momento histórico de implantação de políticas de desenvolvimento vai caracterizar uma nova configuração na Amazônia:

O avanço das novas frentes de colonização do século XX, a partir da abertura de grandes eixos rodoviários, inicialmente com a Rodovia Belém-Brasília, que inaugura outra forma de integração, ao orientar a direção dos fluxos – sejam eles migratórios, de mercadorias, de serviços ou de investimentos. (CASTRO; CAMPOS, 2015, p. 25)

Como já demonstramos neste trabalho, o dispositivo colonial se atualiza e se reconfigura através das novas elites que surgiram após a independência do Brasil no século XIX, impondo à Amazônia uma condição de colônia diante das partes Centro-Sul do Brasil. Segundo Castro e Campos:

O projeto de nação com grandes obras de infraestrutura incentivou a industrialização e o processo de modernização do país e de integração, sul a norte, leste a oeste, com a construção de Brasília, e da rodovia Belém-Brasília, conquistas do grande sertão central e da Amazônia, antigo sonho das elites nacionais. (CASTRO; CAMPOS, 2015, p. 26)

É importante destacarmos, que a política desenvolvimentista de JK está também sob a perspectiva de uma intervenção federal na região amazônica, reconfigurada e inaugurada na primeira metade do século XX. A partir dos anos 40 do século XX, as ações de intervenção econômica na Amazônia passarão a ter a chancela institucionalizada do Estado brasileiro, que começará a pensar de forma racional, mas não necessariamente de forma eficiente, modelos de desenvolvimento para a região amazônica. Diz-se da não eficiência porque muitos dos planejamentos pensados e executados na região não obtiveram o êxito esperado e não deixaram, de fato, um legado de desenvolvimento para a maior parte da população amazônica

⁵ Podemos citar a cidade de Paragominas, no estado do Pará, localizada às margens da rodovia Belém-Brasília e que foi assim chamada em referência aos estados do Pará, Goiás e Minas Gerais, lugares em que os fundadores da cidade tinham relação. Informações extraídas de <http://www.paragominas.pa.gov.br/>

e em muitos casos deixaram mais aspectos negativos do que positivos na região. Segundo Monteiro da Costa:

A execução dos Acordos de Washington (1942-1947), levados a cabo entre o Brasil e os Estados Unidos, no bojo da expansão geográfica e do recrudescimento da Segunda Grande Guerra Mundial, assumiu o destaque de marco histórico inaugural, por excelência, das ações do Estado federal na Amazônia. (MONTEIRO DA COSTA, 2004, p.483)

A assinatura dos acordos de Washington fez parte do esforço de guerra brasileiro, patrocinado pelos Estados Unidos, para o incremento da produção de borracha vegetal para os americanos durante as investidas contra as nações do eixo nazifascista. Desde então, o Estado brasileiro lançará mão de várias políticas para a Amazônia durante os sucessivos governos, desde os democráticos como o de Juscelino Kubitschek, passando pelos governos militares (1964-1985) e chegando até os governos pós-redemocratização, principalmente no caso dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Estas ações federais na Amazônia se dão sob variadas perspectivas ideológicas, mas sempre carregadas principalmente pelos discursos de desenvolvimento e integração. Durante o governo de JK, como vimos, era incisivo o discurso de integração nacional através da abertura de novas estradas pelo país. De acordo com a política do ex-presidente JK, o Brasil deveria se conectar de uma ponta a outra do país através da construção de estradas que cruzariam o território nacional, tendo como ponto de interseção a cidade de Brasília, no planalto central. Entre estes novos caminhos terrestres estava a rodovia Belém-Brasília. Este discurso integracionista, no caso da Amazônia, vinha sempre acompanhado da ideia de isolamento regional. Ao falar sobre a região amazônica e a construção da estrada. JK diz o seguinte:

Ali, seria construída uma grande ponte, que ligaria, então, a zona do babaçu, ao sul, à floresta amazônica, que se estendia por todos os lados, até se perder no horizonte. A estrada penetraria cerca de 600 quilômetros, através da selva.

Até 1957, aquela era uma região perdida e longínqua, em cuja orla alguns aventureiros haviam armado suas choupanas pioneiras. Entregues à própria sorte, num isolamento patético, viviam de umas pobres lavouras e da colheita de babaçu, vendido, a preço vil, a tropeiros vindos do Maranhão, uma ou duas vezes por ano, em viagens perigosas e heróicas. O resto era a caça, em que se entretinham, nos longos intervalos entre as colheitas e a chegada dos compradores. As cidades mais próximas - as de Imperatriz e Uruaçu - ficavam a enormes distâncias. E não havia estradas. Para alcançá-las, era preciso vencer o cerrado do planalto goiano ou a floresta do vale do Tocantins. (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 2000, p. 101)

Uma observação se faz necessária, pois, ainda que não existissem muitas vias terrestres na Amazônia, a região não era isolada, pois fazia suas conexões com o sul do Brasil

e com outros países através da navegação pelos rios e oceanos. Inclusive, se chegava a Europa de forma mais rápida saindo do porto de Belém ao invés dos portos do sul/sudeste brasileiros.

Façamos então uma reflexão sobre esta questão desenvolvimentista na Amazônia a partir da analogia com um texto de Darcy Ribeiro. Em *Sobre o óbvio*, presente na obra *Ensaio Insólitos*, Darcy Ribeiro nos diz que “a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa” (RIBEIRO, 2013, p. 20). O sociólogo faz essa afirmação ao fazer reflexões sobre o panorama da educação brasileira. Partindo deste enunciado de Darcy Ribeiro e fazendo uma analogia à trajetória do discurso desenvolvimentista na Amazônia, começamos a refletir que nos últimos oitenta anos as ações de desenvolvimento para a Amazônia seguem a cartilha de um programa pré-definido. Um programa que nos faz pensar como sendo parte da própria estrutura do Estado brasileiro – um dispositivo – pois, ainda que tenhamos diferentes agentes políticos e econômicos, com diferentes ideologias e em diferentes momentos históricos, esta estrutura sempre vai impor à região amazônica a condição de colônia perante o restante do país e do mundo. E sempre isso se dará aos olhos e com a participação do Estado brasileiro.

Dessa forma, a abertura das estradas, a implantação de grandes projetos minerais, a construção de usinas de hidrelétricas e outros projetos de infraestrutura na Amazônia sempre contaram com uma estrutura de organismos do Estado em sua concepção, planejamento e execução. Entidades públicas como SPVEA⁶ e SUDAM⁷, ao longo do tempo, foram responsáveis por executar alguns dos grandes empreendimentos existentes na região. Apesar de terem bases na Amazônia, como em Belém, por exemplo, as decisões finais destes órgãos sempre estavam subordinadas ou eram tidas pelo governo federal, sediado em Brasília.

Nos últimos anos e atualmente tem-se feito uma forte resistência a estas práticas desenvolvimentistas indiscriminadas na região, principalmente por parte de povos indígenas, os quais vivem em constante processo de embate contra os ataques dos mais diversos agentes. A luta dos povos indígenas tem, inclusive, sido vista como vetor para impulsionar outras lutas e feito com que outros grupos de pessoas⁸ se organizem para combater e mudar esse projeto

⁶ Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, órgão criado em 1953 para pensar, planejar e executar as políticas econômicas e de desenvolvimento para a Amazônia.

⁷ Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, órgão em substituição a SPVEA, criado em 1966 e vindo a ser braço institucional das políticas de desenvolvimento para a Amazônia durante os governos militares.

⁸ Um exemplo desta resistência é o Movimento Xingu Vivo Para Sempre. Movimento social que lutou inicialmente contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, no Pará, e hoje ampliou sua luta contra a construção de barragens em toda a Amazônia. Para mais informações ver o site: <http://www.xinguvivo.org.br>

estruturante de desenvolvimento que impõe à Amazônia um papel de colônia perante as regiões mais ricas do Brasil.

O governo Juscelino Kubitschek, com as suas grandes obras na Amazônia também impactou vários povos que aqui habitavam, principalmente sociedades indígenas, como veremos na parte final deste trabalho. Além disso, o governo JK foi marcado pela intensa entrada e circulação de investimentos estrangeiros no país. Juscelino atuou diretamente no convencimento das empresas multinacionais para investirem no Brasil:

Durante minha excursão pelos Estados Unidos e pela Europa, antes de assumir a Presidência, sempre tive em mente uma preocupação de ordem comercial, no sentido de interessar figuras de projeção no mundo financeiro para o desenvolvimento do país. Como resultado desses entendimentos, muitas indústrias se transferiram para o Brasil, podendo citar, entre outras, as do grupo Schneider, da França, a Mercedes-Benz e a Krupp, da Alemanha, a Fiat e a Isota Frachini, da Itália. E não era só o trabalho de trazer essas firmas para o Brasil. Deveria cuidar dos seus diretores. Oferecer-lhes recepções. Mostrar-lhes o país. Convencê-los, enfim. Daí a razão por que, nas viagens que fazia pelo interior, sempre levava embaixadores, capitães de indústria, visitantes ilustres que, por acaso, se encontrassem entre nós, no momento. Ao agir assim, o que tinha em vista era mostrar-lhes as riquezas em potencial do Brasil, de forma a torná-los entusiastas do nosso desenvolvimento. (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 2000, p. 103)

Com um grande número de empresas instaladas e um grande volume de capital circulando pelo país, as elites econômicas e o próprio governo perceberam que era necessário propagandear e visibilizar todas as transformações que ocorriam no país. E o melhor meio para essa propaganda era o cinema, dentre outros fatores pelo seu alcance na época e pelos próprios dispositivos legais que existiam naquele momento.

A construção da estrada Belém-Brasília tinha prioridade e destaque entre as realizações do governo JK. A abertura da estrada só ficava atrás em importância, da construção da nova capital federal, a cidade de Brasília. Por seu destaque, a estrada na Amazônia era frequentemente propagandeada e estava nas lentes do cineasta Jean Manzon e em vários outros produtos audiovisuais, como os da Agência Nacional. A propaganda realizada por Jean Manzon e a sua relação bastante próxima com Juscelino Kubitschek serão abordadas no tópico a seguir.

2.3- Jean Manzon e a carreira no Brasil

O cineasta francês Jean Manzon chegou ao Brasil nos anos de 1940, desembarcando na cidade do Rio de Janeiro e se inserindo a partir de então na vida cultural e política do país ao começar a trabalhar no setor de fotografia do antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão do governo do ex-presidente Getúlio Vargas. Desde então, construiu

uma carreira importante trabalhando nos mais diversos meios de comunicação do país, como na revista *O Cruzeiro*, importante veículo do grupo *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Mas o seu destaque foi, de fato, a sua realização cinematográfica, que propagandeava os governos federais e as grandes empresas, públicas e privadas, do país, desde a gestão de Getúlio Vargas até os regimes ditatoriais brasileiros.

Antes de vir para o Brasil, Jean Manzon construiu uma sólida carreira atuando como fotógrafo na Europa. Destacou-se em veículos importantes da imprensa francesa como *Paris-Match* e *Paris-Soir*. O trabalho de Jean Manzon repercutiu até chegar ao brasileiro Alberto Cavalcanti, que trabalhava na Inglaterra e faz um convite ao cineasta francês para que fosse trabalhar no Brasil. Manzon então aceita este convite, Cavalcanti emite uma carta de recomendação e o encaminha para o Brasil juntamente com outro jornalista francês, Pierre Daninos.

Jean Manzon então chega ao DIP para ser o chefe da reportagem fotográfica e ficar como o encarregado do treinamento dos fotógrafos brasileiros que trabalhavam naquele órgão. (NARS, 1996, p.18). Manzon trabalhou para o DIP até o ano de 1943, quando então foi contratado pela revista *O Cruzeiro*. Uma curiosidade envolve esta ida de Jean Manzon para a revista *O Cruzeiro*, o fato ocorre após o cineasta voltar de uma viagem à Amazônia:

Foi convidado pela Fundação Rockefeller, através do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* juntamente com o DIP para realizar um filme sobre a campanha da borracha na região Amazônica. Essa viagem a Amazônia possibilitou a Manzon dois encontros. Primeiro a possibilidade de conhecer de perto a floresta tropical, com a qual sonhara em sua infância, segundo marcou o encontro entre Manzon e o jornalista David Nasser que também estava fazendo a cobertura jornalística da campanha da borracha. Voltando da Amazônia, Manzon pede demissão do DIP. (NARS, 1996, p.19)

O primeiro grande trabalho de Jean Manzon foi na revista *O Cruzeiro*, onde atuou como fotógrafo. Nessa revista, Jean Manzon realizou grandes reportagens ao lado do jornalista David Nasser, que o projetaram como um grande fotógrafo a nível nacional.

A revista, nesse período, marcou para o fotógrafo profissional em geral, uma renovação nas relações de trabalho, valorizando-o tanto a nível salarial quanto artístico. Jean Manzon formou com David Nasser a primeira dupla de repórteres da revista a cobrir fatos inusitados, nos quais seu trabalho fotográfico estimulava o sensacionalismo. (BIZELLO, 1995, p.33-34)

Uma das grandes expectativas de Jean Manzon em relação ao Brasil eram justamente as imagens que ele tinha em sua memória em relação à Amazônia. O historiador Edson Luiz Nars, na sua dissertação, *Um olhar sobre o Brasil pelas lentes de Jean Manzon: de JK a*

Costa e Silva, retoma alguns depoimentos de Jean Manzon dados em diversos momentos da vida do cineasta. Num desses depoimentos, ao falar sobre o momento do convite para vir ao Brasil, Manzon expressa o seguinte:

Eu fiquei perplexo. Ir ao Brasil? Como?...este país que me parecia tão distante e fabuloso quanto ao planeta Saturno?
Eu fiquei com água na boca: O Brasil! Meus sonhos de infância, as florestas tropicais, os índios. De repente eu vivia meus doze anos. (NARS, 1996, p.15)

Jean Manzon nos revela então todo o seu ufanismo e a sua visão exótica que tinha da região amazônica. Para ele, a vinda para o Brasil significaria ter a oportunidade de finalmente poder materializar as memórias que ele tinha sobre a Amazônia e isto ficou marcado em seu trabalho como fotógrafo e posteriormente nos filmes que ele viria a realizar com a temática da Amazônia. Como podemos ver nos recortes a seguir de uma reportagem na Amazônia, realizada junto com David Nasser e publicada na revista *O Cruzeiro* em janeiro de 1944.

Figura 08 – Revista O Cruzeiro – 8 de janeiro de 1944



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&PagFis=0&Pesq=>

Mesmo com uma carreira de repórter fotográfico reconhecida e consolidada, no início dos anos 1950 Jean Manzon decide começar a trabalhar como realizador de filmes

documentários. É nesse momento que surge a *Jean Manzon Films Ltda – A Propaganda pela Imagem*. Segundo Nars, “o aparecimento da Jean Manzon Films no cenário cinematográfico está relacionado com o desenvolvimento do gênero de filme de curta-metragem, de caráter promocional.” (NARS, 1996, p.24)

2.4 - A legislação do cinema de propaganda no Brasil (1930-1960)

Um dos elementos principais que fizeram com que Jean Manzon obtivesse êxito e projeção como produtor de filmes documentários foi sem dúvida a legislação que existia na sua época e discorria sobre a realização e a difusão de filmes de pequena duração.

Nos anos de 1930, o Estado brasileiro vai lançar mão de mecanismos legais para regulamentar e controlar a circulação de filmes no território brasileiro. No ano de 1932, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, um decreto-lei expedido pelo ex-presidente da República dava fins de nacionalização para o Serviço de Censura dos Filmes Cinematográficos e criava a Taxa Cinematográfica para a Educação Popular, que entre outras coisas garantia a produção e exibição de conteúdo nacional, a ser definida a metragem pelo então Ministério da Educação e Saúde Pública. (NARS, 1996, p. 25)

Em 1939, também no governo de Getúlio Vargas, a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – significaria novos ares para a comunicação institucional no país. Entre outras atribuições, o regimento interno do DIP estabelecia que os filmes com mais de mil metros de extensão, deveriam ter uma produção nacional na proporção de pelo menos cem metros. Segundo o regulamento do DIP, estas produções, porém, não poderiam conter propaganda de cunho privado, ou seja, de empresas e sujeitos particulares. Mas a propaganda era permitida se tivesse interesse nacional, o que, de acordo com a lei, caberia ao DIP fazer este julgamento.

Estes filmes documentários tinham sua exibição e pagamento garantidos, pois uma parte da bilheteria iria obrigatoriamente para o realizador do filme, independente se o público gostasse ou não. Para muitos produtores e exibidores, esses filmes documentários não eram vantajosos, pois ocupavam o tempo de outra sessão de um filme que fazia mais sucesso.

Jean Manzon não pensava desta forma, pois, foi graças ao amparo da legislação que ele conseguiu se consolidar como realizador de filmes e fazer com que a sua empresa cinematográfica ganhasse visibilidade, projeção e reconhecimento. Manzon soube capitalizar com bastante eficiência os benefícios que a legislação garantia para o tipo de filme com o qual ele trabalhava, o filme documentário. Dessa forma, Jean Manzon se tornou um grande

empresário do ramo do cinema no Brasil, atuando como um verdadeiro mercador que vendia seus produtos para quem pagasse por eles, órgãos públicos ou empresas privadas.

2.5 - A produção cinematográfica de Jean Manzon

Jean Manzon teve uma extensa e vasta produção cinematográfica. Porém, não há como precisar a quantidade real de filmes que o cineasta francês realizou, pois há uma diversidade de fontes e dados que se contradizem, como veremos no quadro abaixo:

Quadro 01 – Referências sobre a filmografia de Jean Manzon

FONTE	NÚMERO DE FILMES
MARIA LEANDRA BIZELLO	238
EDSON LUÍS NARS	468
ACERVO JEAN MANZON	845
CINEMATECA BRASILEIRA	362

Fonte: Elaborado por Rodrigo Santos

A partir deste quadro percebemos que não é possível precisar com exatidão a quantidade de filmes produzidos por Jean Manzon. Porém, por uma questão de metodologia e organização, precisávamos estabelecer uma fonte única para a contabilização dos filmes. Por se tratar de um órgão oficial que trabalha com a guarda, a difusão e a memória do cinema brasileiro, optamos por trabalhar a partir dos dados contidos no catálogo da Cinemateca Brasileira. A partir do catálogo da Cinemateca, elaboramos outro quadro que seria da quantidades de filmes produzidos por ano.

Quadro 02 – Filmes produzidos por ano

ANO	FILMES PRODUZIDOS	ANO	FILMES PRODUZIDOS
1950	1	1967	28
1951	6	1968	23
1952	9	1969	19
1953	5	1971	18
1954	9	1972	1
1955	9	1973	1
1956	13	1975	4
1957	19	1976	1
1958	18	1977	3
1959	3	1978	1
1960	7	1979	4
1961	7	1980	1
1962	23	1981	1
1963	25	S.A.I	4
1964	28		
1965	31		
1966	30		

Fonte: Elaborado por Rodrigo Santos

Deste quadro que acabamos de apresentar, podemos destacar alguns dados significativos. No período de 1956-1960, em destaque, contabilizamos um total de 60 produções realizadas. Esse período é justamente a gestão presidencial de Juscelino Kubitschek. Lembremos que entre outras coisas, a gestão de JK é caracterizada pelo desenvolvimentismo, ilustrado por um grande volume de investimentos em obras de infraestrutura feitos pelo Estado e pela entrada de várias empresas multinacionais que passaram a investir no Brasil, principalmente empresas do setor automobilístico. O governo e

estas empresas financiavam a produção de filmes para que servissem de propaganda dos seus interesses. Dessa forma, “a Jean Manzon Films estava perfeitamente sintonizada com as propostas de Juscelino, procurando sempre que possível trabalhar no duplo sentido de satisfazer a todos.” (BIZELLO, 1995, p. 58)

Outro ponto que também é significativo no Quadro 02 é o período compreendido entre os anos de 1962-1971. Em 1964, o Brasil sofreu um golpe de Estado que acabou culminando num período de vinte e um anos (1964-1985) vividos sob os desmandos de uma ditadura militar. Porém, o período que antecedeu o golpe, o qual o Brasil era presidido por João Goulart, foi de uma intensa instabilidade política e de uma campanha político-ideológica de setores mais conservadores da sociedade, dentre os quais o que mais se destaca é o IPÊS – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. Segundo Marcos Corrêa, “a instituição surgiu como instrumento de ação política de empresários nacionais, ligados aos interesses do capital internacional, políticos, profissionais liberais e oficiais militares.” (CORRÊA, 2005, p.8). O IPÊS fazia propaganda dos seus ideais através do financiamento de livros, cartilhas, palestras e também de filmes. Dos 23 filmes produzidos por Jean Manzon no ano de 1962, 13 deles, ou seja, mais da metade foram para o IPÊS. Estes filmes foram *O Brasil precisa de você; Nordeste problema número um, História de um maquinista, A vida marítima, Depende de mim, Uma economia estrangulada, O IPÊS é o seguinte, Portos Paralíticos, O que é o IPÊS, Criando homens livres, Deixem o estudante estudar, O que é democracia e Conceito de empresa.* (CORRÊA, 2005, p. 35)

Essa aproximação de Jean Manzon com setores que contribuíram para a conspiração militar em 1964 evidencia que o cineasta francês não tinha qualquer preocupação de natureza político-ideológica em seu trabalho. O que faz concluirmos que de um governo democrático ou de um governo pré-militar e posteriormente militar, o que interessava a Jean Manzon eram apenas os valores que ele poderia lucrar com os seus clientes, independente da situação política do país. Essa postura talvez justifique um dos nomes pelo qual Manzon era conhecido, o “cineasta do poder”. (NARS, 1996)

O próximo quadro a ser apresentado cataloga os filmes de Jean Manzon que estão disponibilizados na internet. A disponibilização de alguns dos filmes da obra foi fundamental para a realização deste trabalho, uma vez que fontes essenciais para uma pesquisa como esta se encontram apenas na região Sudeste do país, como por exemplo, na Cinemateca Brasileira, na sede do Acervo Jean Manzon em São Paulo e no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Sem a disponibilidade dos filmes na internet nosso acesso às imagens seria um obstáculo

considerável. Identificamos três sites que possuem uma quantidade relevante dos filmes de Jean Manzon: *Youtube*, *Acervo Jean Manzon* e *Tv Brasil – Memórias do Brasil*.

Quadro 03 – Número de filmes de Jean Manzon disponíveis na internet

SITES	NÚMERO DE FILMES
Youtube	59
Acervo Jean Manzon	40
TV Brasil – Memórias do Brasil	25

Fonte: Elaborado por Rodrigo Santos

Figura 09 - Exemplo de filmes de Jean Manzon disponíveis na internet



Montagem: Rodrigo Santos

2.6 – Jean Manzon, JK e o filmes sobre a Amazônia

Como pode ser percebido até aqui, durante toda a sua vida no Brasil, Jean Manzon sempre transitou nos círculos do poder e teve uma relação bastante próxima aos principais agentes políticos brasileiros. A sua habilidade para corresponder aos anseios dos seus clientes, sejam governos ou empresas, fundamentou a sua presença permanente nos ambientes que comandavam o país. Mas foi sem dúvida com Juscelino Kubitschek que o cineasta francês consolidou sua aproximação com o poder, conquistando a amizade do ex-presidente da República e foi a partir daí que ganhou o título de “cineasta do poder”.

A relação de Jean Manzon e JK começa ainda quando o ex-presidente era governador do estado de Minas Gerais. Nesse momento, Manzon começa a produzir uma série de documentários sobre as realizações de Juscelino no governo mineiro. Estas produções audiovisuais serviram como porta de entrada para que Jean Manzon assumisse a campanha presidencial de JK e posteriormente a divulgação das ações do governo JK. Entre estes filmes podemos citar *O Binômio* (1954) e *Kilowatts para o progresso* (1955). Ao se sair vitorioso nas eleições presidenciais, Juscelino proporcionou bastante prestígio a Jean Manzon, o que fez com que o cineasta trabalhasse e abrisse novas portas durante toda a gestão de JK.

Jean Manzon, ao produzir os filmes para Juscelino Kubitschek insere-se no contexto histórico político-brasileiro do período [...] os filmes assumem a defesa da figura política de Juscelino Kubitschek, estabelecendo uma base profissional e pessoal que dará frutos ao longo do governo presidencial de Juscelino Kubitschek. Esse fato evidencia-se tanto pelas declarações de Manzon em relação a sua amizade com Kubitschek, como também, a crescente produção de filmes financiados pelas empresas públicas nesse período, tornando-se um divulgador da política desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek. (NARS, 1996, p.96)

Não foram, no entanto, apenas as empresas públicas que financiaram os filmes de Jean Manzon. Devido ao grande volume de empresas estrangeiras que chegaram ao país durante o governo JK, tanto o capital externo como as empresas brasileiras envolvidas neste processo também financiaram muitos filmes do cineasta francês.

A política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, baseada na promoção de uma infraestrutura e integração do país através da construção de estradas, ferrovias, hidrelétricas e outras obras, esteve intensamente presente na Amazônia. Com isso, atrelado ao grande volume de capital e ao número de empresas que aqui se instalaram durante esse período, criaram-se as possibilidades para que Jean Manzon realizasse filmes sobre a Amazônia.

De acordo com o catálogo da Cinemateca Brasileira, dentre as 362 produções de Jean Manzon, 16 delas tratavam sobre a Amazônia, nas quais as que estão em destaque a seguir foram realizadas no período do governo JK. Estes filmes são: *A Amazônia está presente* (1951), *O manganês desperta a Amazônia* (1957), *Amazônia vai ao encontro de Brasília* (1958), *Amazonas – L'Amazone* (1964), *Um apóstolo da Amazônia* (1963), *Colonização da Amazônia* (1967), *Desafio da Amazônia* (1967), *Integração da Amazônia* (1967), *Da Amazônia à Passo Fundo* (1968), *Amazônia* (1972), *Um passeio na Amazônia* (1973), *Amazônia* (1977), *Floresta Amazônica* (1977), *Coluna Norte* (1960), *A malária no inferno verde* (1954) e *O Círio de Nazaré* (1979). É a partir deste recorte que começaremos a analisar alguns discursos presentes nos filmes de Jean Manzon sobre a região amazônica, que como

vimos na primeira parte deste trabalho, são filiados a uma formação discursiva construída historicamente sobre o desenvolvimento e a integração da Amazônia. Estes filmes, assim como a tela de Theodoro Braga referida anteriormente e tantas outras materialidades produzidas sobre a região, ou ignoram as sociedades amazônicas ou as tratam como inferiores e desimportantes.

Figura 10 - Filmes de Jean Manzon realizados no governo JK



Montagem: Rodrigo Santos

A representação da Amazônia nos documentários de Jean Manzon retoma bastante as memórias que encontramos nos relatos dos antigos viajantes da região, que representavam a Amazônia como um “inferno verde”, “uma terra de duendes” e outros adjetivos de uma região exótica e vazia. Também está, primordialmente, a serviço de um projeto integracionista. Podemos supor que o cineasta francês não produziu seus roteiros somente a partir de antigas narrativas sobre a Amazônia e é bem provável que ele tenha escrito seus filmes também a partir de suas experiências na região.

Os filmes que selecionamos para uma análise mais específica nesta pesquisa são: *Amazônia vai ao encontro de Brasília* (1958) e *Coluna Norte* (1960). A seleção se deve ao fato de ambos terem como enredo a construção da estrada Belém-Brasília, que passou a ligar

a capital do estado do Pará à capital federal, Brasília. A escolha dos filmes ocorreu também, como apontamos anteriormente, em virtude da possibilidade de acesso às produções. Os dois documentários estão disponíveis na plataforma *Youtube*, assim como outros documentários de Jean Manzon. O filme *A malária no inferno verde* também está no site *Youtube*, mas não será um dos nossos objetos de análise, pois aborda uma questão mais específica, diferente dos outros dois selecionados.

O governo do presidente Juscelino Kubitschek, em relação à Amazônia, é caracterizado como uma nova forma de conquista e colonização da região. As estradas implantadas na região durante esse período, principalmente a rodovia Belém-Brasília, seriam os símbolos dessa nova ocupação da Amazônia a partir dos anos 1950. Essa atualização do dispositivo colonial é visibilizada pelos filmes do cineasta Jean Manzon, que durante o governo de JK se consolida como um grande mercador de filmes a serviço do Estado brasileiro e das grandes empresas instaladas no país naquele período.

As memórias contidas nas produções de Jean Manzon retomam antigos enunciados desde a época do início da invasão estrangeira na Amazônia – vazio demográfico, terra de riquezas, necessidade de integração – e invisibilizam os discursos dos povos que ocupavam e ocupam o espaço amazônico historicamente, como as sociedades indígenas e outros povos tradicionais. No capítulo seguinte, a partir da análise de dois filmes de Jean Manzon iremos mostrar as brechas no discurso desenvolvimentista e integracionista que possibilitam visualizarmos não só a presença dos povos indígenas nesses “caminhos do progresso” como principalmente a sua resistência à invasão dos seus territórios.

CAPÍTULO 3 – DOS FILMES DE JEAN MANZON À RESISTÊNCIA INDÍGENA

Neste capítulo, entraremos na análise dos produtos audiovisuais produzidos por Jean Manzon em 1958 e em 1960, que tratam sobre a maior obra construída na Amazônia naquele período, a rodovia Belém-Brasília. Estes filmes são *Amazônia vai ao encontro de Brasília* (1958) e *Coluna Norte* (1960). Para entender as condições de possibilidades históricas que favoreceram o aparecimento destes filmes, primeiro vamos nos reportar a alguns acontecimentos decisivos no processo de integração da região amazônica ao Império brasileiro e como ainda hoje ele continua a se atualizar.

A partir das categorias de análise apresentadas ao longo do trabalho, vamos analisar discursivamente alguns enunciados presentes nos filmes e revelar as condições que possibilitaram a emergência de certos discursos. Falaremos sobre as brechas encontradas nos discursos colocados em circulação nos filmes, para mostrar a presença de povos indígenas que habitavam as margens da rodovia Belém-Brasília e que foram tragicamente impactados pela abertura da estrada.

Por fim, falaremos sobre o processo de resistência vivido permanentemente pelos povos indígenas às ações predatórias de dominação e colonização desde a chegada dos portugueses até os dias atuais. Colocaremos em relevo as lutas do movimento indígena em defesa dos seus direitos que em 2018, diante das condições políticas do Brasil, podem servir de impulso para outras reivindicações de grande parte da sociedade brasileira afetada pelas novas regras econômicas, que envolvem a perda de muitos direitos trabalhistas e investimentos sociais.

3.1. Da adesão da Província do Grão-Pará e Maranhão à integração da Amazônia

Durante o processo de colonização portuguesa, como já apontamos neste trabalho, a Amazônia não era considerada como integrante do Brasil, ou seja, Portugal tinha duas colônias na América do Sul: o Vice-Reinado do Brasil, originado da conquista iniciada por Pedro Álvares Cabral, que compreendia a área do que hoje é o Nordeste e parte do Sudeste, e a província do Grão-Pará e Maranhão, instituída a partir da fundação de São Luís em 1612 e de Belém em 1616, depois da União das Coroas Ibéricas (1580-1640) e da suspensão do Tratado de Tordesilhas. Segundo Décio Guzman (2008, p.127):

O antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará teve sua administração ligada diretamente a Portugal a partir da carta régia de 13 de julho de 1621. Nesta data, o Estado incluía as vilas e capitânias de Itapecurú, Icatú, Uçary, Tapuytapéra, Caeté, Vigia, Belém, Joanes, Cametá, Gurupá e Cabo do Norte. (GUZMAN, 2008, p.127)

Os processos políticos envolvendo a participação dos religiosos, assim como as relações entre Portugal e a Província do Grão-Pará independem do vice-reinado do Brasil. Esta situação vai se transformar apenas no início do século XIX, quando o Brasil deixa de ser uma colônia, com a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808. A partir deste acontecimento, com a reconfiguração do Império português e posteriormente com a independência do Brasil, em 1822, a região que hoje conhecemos como Amazônia ganha um novo sentido na geopolítica do poder.

Com a Corte portuguesa no Rio de Janeiro, os comerciantes e a elite portuguesa que habitavam o Grão-Pará e mantinham relações diretas com Lisboa para assuntos comerciais, passaram então a tratar de seus negócios a partir do Rio de Janeiro. Contudo, para Magda Ricci:

Ainda em 1862, o Dr. Antonio Henriques Leal, erudito maranhense, recordava que a ‘adesão mais tardia’ do Maranhão e do Pará ‘à causa da Independência’ derivava de ‘circunstâncias peculiares’ que foram se somando desde o seu descobrimento. Formando com o Pará, por quase todo o tempo colonial, um Estado ‘que não dependia do resto do Brasil’, mesmo quando a Monarquia veio a estabelecer sua sede no Rio de Janeiro em 1808, sempre esteve ‘mais em contato com Portugal do que com a Corte’. Assim, lembrava Henriques Leal, suas ‘relações de comércio e de amizade, suas recordações e tradições, sua educação’ – tudo prendia o Maranhão e o Pará ‘à antiga metrópole’. (RICCI, 2003, p.166)

Estes laços mais próximos e diretos com Portugal fizeram com que o Grão-Pará tivesse uma configuração linguística, social, espacial e econômica completamente diferente do que se via na outra colônia portuguesa existente em terras sul-americanas. Se em outras áreas se praticavam a monocultura, o latifúndio e o trabalho escravo, na Amazônia havia vários tipos de culturas agrícolas, a média propriedade e o uso, em boa parte do seu território, do trabalho livre. O fato de não ter apenas um único grande produto exportador, como nas outras províncias, fazia com que o Grão-Pará exportasse uma diversidade de produtos:

Longe de ter um único grande produto de exportação, o Pará remetia para a Europa uma gama variada de gêneros. Em 1800, relata Reis, foram exportados, desde produtos mais concorridos como o cacau, o café, o arroz e o algodão, até os que isoladamente pouco significavam, porém eram importantes se tomados em sua coletividade. Era o caso da exportação de couros secos, cravos finos e grossos, canela, salsaparrilha, puchiri, anil, óleo de copaíba, andiroba, urucu, castanha e todo tipo de madeiras. (RICCI, 2003, p. 169-170)

A diversidade do Grão-Pará não era somente no campo dos produtos cultivados na região. Por aqui circulavam pessoas de diferentes etnias: diferentes povos indígenas, africanos vindos de diferentes regiões da África e mesmo de outras regiões da América do Sul, europeus também de diferentes países, sobretudo de Portugal, Espanha, França e Inglaterra, assim como uma população que começava a se formar a partir dos casamentos interétnicos, muitas vezes nada pacíficos. Esta diversidade proporcionava uma gama de trocas entre os habitantes do Grão-Pará: “heranças, línguas e culturas de fundo indígena, africano ou mesmo de outras partes da Europa e da América” (RICCI, 2003, p. 171). Esse fluxo de pessoas se opõe a outro discurso bastante recorrente nos filmes de Jean Manzon, o vazio demográfico na região, que analisaremos mais adiante.

A descrição a seguir sobre o período em que perdurou a Província do Grão-Pará e Maranhão e mais especificamente sobre o movimento da Cabanagem visibiliza a variedade de moradores que viviam na região:

Em 16 de dezembro de 1809 um francês chamado Pedro Arnault, casado e naturalizado norte-americano, passava escritura de uma escuna denominada *Capae* ao morador de Belém, o senhor Pedro Rodrigues Henriques. Arnault, entretanto, não era o dono da dita escuna. Com efeito, a embarcação pertencia ao comerciante nova-iorquino John Jukel, que, por sua vez, efetivou esta venda, ou antes, a troca de sua embarcação no Pará por ‘generos e letras seguras’. (RICCI, 2003, p. 172)

Neste trecho, podemos verificar uma relação comercial composta por um paraense, um nova-iorquino e um francês. Esta heterogeneidade de práticas culturais, pensamentos e ideologias, sem grandes restrições, foi fundamental para que o Grão-Pará servisse frequentemente de palco de embates políticos que culminaram primeiramente em motins e levantes e finalmente no movimento revolucionário da Cabanagem.

Sem muita dificuldade, podemos observar que estas relações de poder na Amazônia deste período atravessam o tempo e ainda hoje se assemelham àquelas praticadas no século XIX, elas se atualizam às novas condições de possibilidades históricas. Durante toda a existência da Província, com exceção do período dos governos cabanos, o Grão-Pará sempre fora governado por estrangeiros e outros cargos da Administração raramente eram delegados para os paraenses. Hoje, os Estados que compõem a Amazônia são governados por amazônidas, mas a maior parte das práticas de desenvolvimento ainda são pensadas e elaboradas fora da região. Como vimos, as recentes intervenções federais na região, desde a década de 40, foram todas planejadas e executadas por estruturas institucionais sediadas em Brasília. Se no passado, os povos da Amazônia estavam sob o controle e a dominação de Lisboa, Salvador ou Rio de Janeiro, hoje esse papel cabe, sobretudo, à Brasília. Vejamos

então que há a formação de uma rede de memórias que coloca a Amazônia sob a condição de colônia em relação ao governo federal.

Como sempre aconteceu na história das populações amazônicas, naquele tempo havia muita resistência na região e a primeira metade do século XIX foi marcada por uma grande instabilidade política no Grão-Pará. Eram comuns os levantes de escravos fugitivos e soldados que desertavam por conta de insatisfações contra as autoridades da Província. Em 1808, a vinda da Família Real para o Brasil vai começar a alterar a ordem no império lusitano e o Brasil deixa de ser uma colônia. Em relação à Província do Grão-Pará, esse acontecimento também acarretará mudanças na dinâmica da outra colônia portuguesa na América. Como vimos anteriormente, as elites da Província do Grão-Pará tinham relações diretas e fortalecidas com Lisboa e poucos laços com as demais regiões do Brasil. A instalação da Corte portuguesa na América iria mudar esse panorama.

Logo foi criada outra instância administrativa – o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, integrando, desta forma, o Brasil à condição de Reino. Esse rearranjo não foi apenas administrativo, mas também de poder, concorrendo para aumentar as tensões e as rivalidades entre portugueses e brasileiros. Assim, se antes os governos gerais eram subordinados à Lisboa, a passagem a outro regime altera os lugares de poder no interior de todas as capitanias, repercutindo nos interesses das elites portuguesas e aumentando as já complexas e conflituosas relações entre reinóis alinhados com a ideia de o Brasil permanecer como colônia, e os nativos que compartilhavam ideias de liberdade, ancorados nos princípios liberais que já circulavam na colônia, sob a influência europeia. (CASTRO, CAMPOS; 2015, p. 422)

Quando da explosão da Revolução do Porto, em 1820, que tinha como principal reivindicação o retorno da família real a Portugal e a volta do Brasil à condição de colônia, as elites que comandavam da província do Grão-Pará, se alinham rapidamente às ideias do movimento português, ao contrário das outras regiões do Brasil, como Rio de Janeiro e Pernambuco. Nesse momento, o Grão-Pará passa a ser governado por uma junta de governo, composta por portugueses seguidores dos princípios da Revolução do Porto. (CASTRO, CAMPOS, 2015, p.423)

Em 1822, D. Pedro proclama a independência do Brasil do Reino de Portugal. No entanto, devido à grande distância do Rio de Janeiro, não só geográfica, mas também política e econômica, a Província do Grão-Pará e Maranhão continuou ligada a Lisboa, portanto não reconhecendo o imperador do Brasil. Somente quase um ano após o “grito” de D. Pedro, em 15 de agosto de 1823, o Grão-Pará e o Maranhão reconhecem a autoridade do imperador do Brasil e a região passa a integrar o território brasileiro.

Em 15 de agosto de 1823, fora declarada a adesão do Grão-Pará à independência brasileira, quase um ano após a sua deflagração no Centro-Sul brasileiro, em 07 de setembro de 1822. Nesta época, o capitão-tenente Grenfell assume o comando do poder político-militar na Província paraense, sendo escolhida uma junta governativa provisória constituída por elementos pertencentes às duas forças políticas conflituosas: os antigos partidários da manutenção dos laços com Portugal e aqueles que haviam propugnado pela adesão dos paraenses à causa brasileira. (BEZERRA NETO, 2001, p. 83-84)

Em contraposição às imposições do império brasileiro, havia no Grão-Pará uma significativa parte da população que resistia à adesão, uma força composta por diferentes povos indígenas, africanos escravizados, trabalhadores livres, soldados e outras pessoas que eram exploradas pela ordem vigente na Província. A integração da antiga Província do Grão-Pará ao Império Brasileiro não resultou em estabilidade e prosperidade política e econômica para a região e afetou inclusive os grandes fazendeiros da região, ainda bastante ligados a Portugal, que não aceitaram a adesão à independência. O período após 1823 foi “marcado por constantes rebeliões militares e populares... portanto caracterizado pela participação das camadas populares insatisfeitas com sua situação social, econômica e política, cuja adesão do Grão-Pará à independência não viera alterar (BEZERRA NETO, 2001, p.92).

Estas instabilidades e insatisfações ocorridas no Grão-Pará a partir de 1823 culminaram, em 1835, na eclosão do movimento conhecido como Cabanagem, em que os cabanos tomaram o poder da província de 1835-1840. Magda Ricci faz um breve resumo do movimento cabano:

Em 7 de janeiro de 1835, dia da festividade de São Tomé, um grande número de homens – que se autodenominavam ‘patriotas’ e que vinham de várias partes da Amazônia – invadiram as ruas da cidade de Belém, assassinando autoridades, senhores de escravos e quem mais os impedisse, o que entendiam ser a sua liberdade. Explodia a Cabanagem. (RICCI, 2003, p.180)

A complexidade deste movimento envolve descontentamentos de diferentes ordens, que vão além de questões econômicas e étnicas. No âmbito religioso, por exemplo, a nomeação de sucessivos presidentes da província estrangeiros e maçons contribuiu bastante para a revolta da população. Como havia um descontentamento generalizado na região, rapidamente a Cabanagem se espalhou pelo que hoje se conhece como os estados do Pará, Amazonas e arredores. A forma como as ações foram se delineando, envolvendo o assassinato de autoridades diplomáticas e a possibilidade de invasão de territórios circunvizinhos, como as Guianas e o Caribe conferiram e sinalizaram ares de internacionalização da Cabanagem.

No entanto, com um pouco mais de um ano, os cabanos começaram a perder terreno, sendo que, em 13 de maio de 1836, a cidade de Belém foi novamente retomada por tropas imperiais. Da revolução para a fuga, seguiu-se um duro período de repressão,

no qual os cabanos ficaram conhecidos como os ‘malvados’, ‘anárquicos’ e ‘sediciosos’, por atacarem o centro daquele mundo: as autoridades, chegando ao extremo de assassinarem ao maior representante do Império do Pará, o governador Lobo de Sousa. (RICCI, 2003, p.180)

A Cabanagem foi duramente reprimida pelas tropas imperiais. Estima-se que mais de 30 mil pessoas foram mortas durante o movimento cabano. Esta repressão, ao final, além de dizimar boa parte da população da Amazônia, também resultou no fim da Província do Grão-Pará e Maranhão e na criação do Estado do Pará, finalmente integrado ao Império brasileiro.

Estes acontecimentos da história da Amazônia são constitutivos de uma rede de memória significativa sobre a região e estão bastante imbricados com os sucessivos processos de integração promovidos pelo Estado brasileiro no século XX. Neste sentido, eles ajudam a compreender os objetivos dos filmes encomendados a Jean Manzon e como chegou ao nome *Amazônia vai ao encontro de Brasília*. O diretor francês mostra sua habilidade em cumprir com aquilo para qual foi contratado e desde o início do filme coloca em circulação os enunciados que interessavam ao governo brasileiro: a integração da Amazônia ao restante do Brasil e o silenciamento de todos os sujeitos que de alguma forma pudessem representar alguma forma de resistência a este processo.

3.1.1. A integração nas telas dos cinemas: *Amazônia vai ao encontro de Brasília*

Figura 11 – Apresentação do filme *Amazônia vai ao encontro de Brasília*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=8FabQI1HV6A&t=873s>

O documentário *Amazônia vai ao encontro de Brasília* possui 10 minutos de duração, e foi um filme produzido por Jean Manzon e veiculado nos cinemas no ano de 1958. O filme narra o início das obras de construção da ligação entre a capital federal, Brasília e a Amazônia, a estrada Belém-Brasília. Nele são mostradas imagens que remetem ao exotismo da região amazônica, com ênfase nos animais, na floresta e nos rios da região, e são pronunciados enunciados que sempre tem o objetivo de reforçar os discursos sobre a necessidade da integração da Amazônia ao restante do Brasil. Esta integração das imagens com os enunciados verbais causam algumas inquietações que podem ser melhor compreendidas no jogo dos acontecimentos discursivos em que foram produzidas.

O título do filme nos dá indicativos de como a região amazônica era percebida pelo restante do país e pelo Estado brasileiro: ela era desconhecida para grande parte da população brasileira do centro-sul. Para estes sujeitos, de fora da Amazônia, a região era sinônimo de índios, animais exóticos, floresta imensa, rios em abundância e distante do centro do país. Por isso, quando lemos que a *Amazônia vai ao encontro de Brasília*, inferimos que o objetivo do filme seria mostrar, para quem estivesse assistindo, que finalmente a Amazônia estaria indo ao encontro do restante do país, do desenvolvimento e do progresso, simbolizados pela nova capital federal, Brasília, construída para ser a marca principal da modernização presente no discurso desenvolvimentista do governo JK.

Este processo também precisava afetar os sujeitos moradores da própria região. Quanto mais eficaz o discurso de integração nacional, menos resistência ele poderia produzir nas sociedades locais. Na metade do século XX, fazia pouco mais de 100 anos da Cabanagem, que propunha uma nação independente na antiga província do Grão-Pará, hoje Amazônia brasileira. A resistência local à integração, desde o início da colonização, também produziu suas redes de memória, apesar de tão austeramente reprimida em diversos momentos da história.

A forma como Jean Manzon traduz o discurso da integração para o audiovisual pode ser percebida na sequência de imagens a seguir sobre o exotismo da região amazônica. Uma região habitada por animais exóticos e “seres estranhos”, segundo o narrador do filme.

Figura 12 – Plano de imagens iniciais do filme



Montagem: Rodrigo Santos

Esta sequência de *frames* é do início do filme e mostra vários animais da fauna amazônica. Na verdade, essa sequência de imagens representa como a maior parte dos brasileiros naquela época enxergava a Amazônia: uma região composta por vários animais exóticos, uma floresta gigantesca e uma imensidão de rios. Para ratificar essa visão, o cineasta usa os seguintes enunciados: “A Amazônia até então era apenas um inferno verde. Um mundo misterioso onde seres estranhos se moviam como fantasmas dentro das florestas. Por sobre as águas silenciosas dos seus rios” (AMAZÔNIA VAI AO ENCONTRO DE BRASÍLIA, 1958)

Logo em seguida, uma sequência que nos remete a outra visão bastante comum sobre a Amazônia naquela época e até mesmo nos dias atuais. Uma região onde habitavam animais exóticos e seres que se pareciam com fantasmas, só poderia ser um território do medo. Nas imagens a seguir vemos um jacaré em plano fechado, com seus grandes olhos em sintonia com uma trilha sonora de suspense, que não poderia nos dar outra sensação que não fosse a de medo.

Figura 13 – Planos de um jacaré



Montagem: Rodrigo Santos

Esse plano de imagens está dentro de uma rede de memórias audiovisuais que busca produzir no interlocutor uma sensação de medo. Esse tipo de sequência também vai ser utilizado na representação de indígenas em telenovelas brasileiras, quando estas produções pretendem colocar em circulação o discurso do medo em relação aos indígenas. Segundo Carvalho (2013, p.36) “Essas produções cinematográficas também utilizam como trilha sonora os “sons da floresta”. Esses sons acionam nos telespectadores o medo da mata, o medo da Amazônia e dos povos que vivem na região”.

Outro discurso retomado pelo filme é a Amazônia como uma região detentora de riquezas que não podem pertencer apenas aos seus povos nativos e precisam ser integradas ao território brasileiro. Segundo o filme, um homem seria o responsável por proporcionar o acesso das riquezas ao restante do Brasil: o presidente JK, que como vimos anteriormente se via como o novo bandeirante. Nesta passagem, vemos JK olhando para o território amazônico de dentro de um avião. Enquanto as cenas mostram o presidente sobrevoando a Amazônia, o narrador do filme enuncia: “Num pequenino avião voando sobre a floresta, um homem sabia

que todas essas riquezas fabulosas da Amazônia não poderiam continuar separadas do corpo do continente brasileiro”. (AMAZÔNIA VAI AO ENCONTRO DE BRASÍLIA, 1958)

Figura 14 – Cena do presidente Juscelino Kubitschek



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=8FabQI1HV6A>

Em seguida é mostrada uma sequência de imagens aéreas da fronteira (Figura 15) entre os estados do Maranhão e Goiás (hoje, Tocantins), separados pelo Rio Tocantins. O narrador do filme afirma: “O velho Tocantins precisava ser domado para que o Brasil se unisse mais depressa” e, a partir deste objetivo, ali naquela área seria construída uma ponte, que representaria a ligação terrestre entre as regiões Norte e o Centro-Sul do Brasil. O filme mostra que não haverá empecilhos ou barreiras intransponíveis para a construção da rodovia: “Uma estrada precisava ser aberta de qualquer jeito, fossem quais fossem os obstáculos: florestas, pântanos ou rios” (AMAZÔNIA VAI AO ENCONTRO DE BRASÍLIA, 1958).

Figura 15 – Divisa entre os estados Maranhão e Goiás (hoje, Tocantins)



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=8FabQI1HV6A>

Observamos a vontade e o desejo com que se anunciavam as fendas que seriam abertas na floresta e que mais tarde se tornariam feridas de uma ação indiscriminada. Os chamados “pioneiros” não passaram por cima somente de animais, árvores e rios, acabaram por passar também por cima de territórios habitados por populações tradicionais da Amazônia, como veremos na análise do segundo filme, a seguir.

3.1.2 – O bandeirante segue na estrada: *Coluna Norte*

O filme *Coluna Norte* foi produzido e veiculado em 1960 pela Jean Manzon Films. Com aproximadamente 10 minutos, ele retrata a viagem de um comboio automobilístico que percorreu a rodovia Belém-Brasília em sua extensão total. Este comboio fazia parte da “Caravana da Integração Nacional”, uma expedição que saía de quatro capitais brasileiras – Belém, Porto Alegre, Cuiabá e Rio de Janeiro - com destino a Brasília, principal obra do governo JK:

Trazidos por essas estradas novas, algumas ainda inacabadas, com os restos da selvagem virgindade da véspera, mas já servindo à unidade nacional, viestes cortando regiões as mais diferentes do nosso território, tangidos pelo mesmo espírito dos desbravadores de outrora. (KUBITSCHECK DE OLIVEIRA, 1960)

Esse trecho é parte do discurso do presidente Juscelino na chegada das colunas à Brasília, no dia 2 de fevereiro de 1960. O presidente refere-se às “novas estradas” com bastante entusiasmo e exaltação às obras de sua gestão. Entre elas está a rodovia Belém-Brasília, que fora projetada para ligar Belém à nova capital federal.

Figura 16 – Saída da Caravana da Integração Nacional em Belém



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=bZTG6U961w>

A integração entre as regiões do país era uma das grandes ideias propagadas por Juscelino em seu governo. JK pretendia construir “um cruzeiro de estradas, cujos braços teriam cinco mil quilômetros cada um, e que ligaria, pelo interior, as regiões situadas nos quatro pontos cardeais do Brasil” (KUBISTSCHEK DE OLIVEIRA, 2000).

Figura 17 – Placa informativa da construção da estrada Belém-Brasília



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=bZTG6U961w>

Como vimos na imagem acima, a abertura da estrada que ligaria a Amazônia ao restante do país era uma das principais obras inseridas no “Programa de Metas” do governo JK. Talvez por isso, a coluna que saiu de Belém tenha sido a única das quatro colunas a ter sido filmada e registrada cinematograficamente.

O filme produzido por Jean Manzon nos remete a um discurso de que a Amazônia é uma aventura épica. A trilha sonora inicial é bastante semelhante ao estilo dos antigos filmes de faroeste produzido nos Estados Unidos, com sons de trombetas e trompetes militares. No texto do filme, o narrador refere-se ao idealizador da obra, o engenheiro Bernardo Sayão e aos trabalhadores que atuaram na devastação da mata para a construção da estrada como “pioneiros”. Esta construção discursiva produz uma ficção e leva a pensar que antes da abertura da estrada não havia povoamento na Amazônia, ignorando assim populações indígenas e demais povos tradicionais que estavam ao longo da rodovia. Segundo o filme, a Amazônia era apenas “um pesadelo cheio de duendes e ameaças que separavam o Norte do coração do Brasil”, neste caso seria Brasília, a nova capital da república.

A Caravana da Integração Nacional foi patrocinada pelas empresas automobilísticas. Naquele momento histórico, o país vivia um acelerado processo de industrialização, protagonizado principalmente pela indústria automobilística. Na ficha técnica do filme disponível no site da Cinemateca Brasileira não consta quem teria financiado esta produção, mas pelos excessivos planos fechados e closes na marca da Mercedes-Benz, supomos que tenha sido a empresa alemã.

Figura 18 – Plano em cima da marca Mercedes-Benz

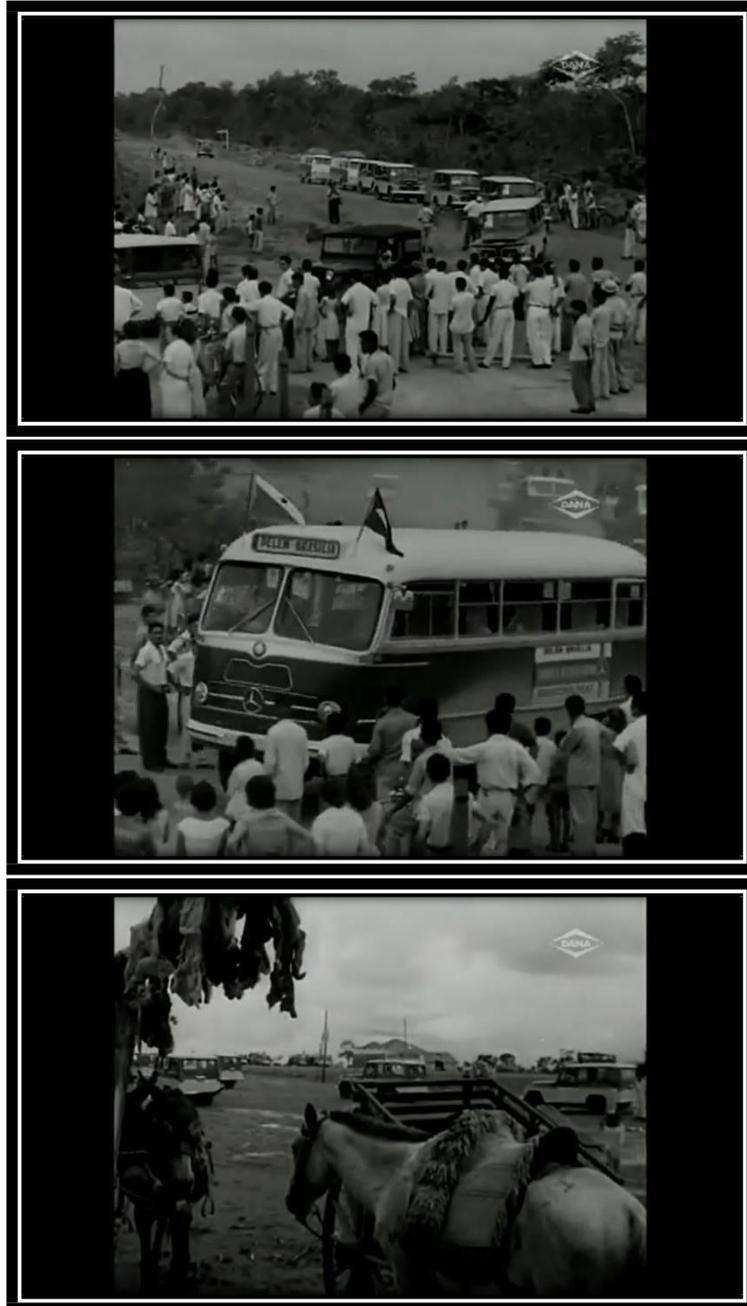


Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=bZTG6U961w>

Antes da construção de estradas na Amazônia, as cidades da região eram fundadas às margens dos inúmeros rios que compõem a Bacia Amazônica. Com o surgimento das estradas, essa configuração espacial muda de cenário. O local de fundação das cidades agora seriam as margens das rodovias. Nas imagens a seguir, vemos como o filme mostra esta nova dinâmica

da ocupação territorial da região. A narração diz que estas “cidades de amanhã serão a recompensa do sacrifício de hoje”. A ação indiscriminada e de forma predatória seria recompensada pela aparição de futuras cidades ao longo da rodovia.

Figura 19 – Chegada da Caravana em uma cidade à beira da rodovia



Montagem: Rodrigo Santos

Jean Manzon sempre buscou trabalhar com os melhores profissionais para atuarem na sua em empresa. Entre eles estavam profissionais como René Henri Persin (cinegrafista), Hubert Hervé Perrin (montador), Alberto Di Mario (auxiliar de montador) Gilles Bonneau (cinegrafista) e Hans Gerhard Reichenheim (cinegrafista). Todos esses profissionais eram

européus e tinham experiência nesse tipo de produção, o que garantiu a Jean Manzon montar uma empresa com êxito comercial e produtivo por décadas. (NARS, 1996, p.30). E dentro dessa equipe de profissionais experientes, estava Luíz Jatobá, a voz das narrações da maioria dos filmes de Manzon.

Luiz Jatobá foi um dos principais locutores do Brasil durante décadas. Ele trabalhou durante anos em programas como o *Repórter Esso*, um dos principais programas do rádio brasileiro. Sua narração é caracterizada pela carga dramática que ele emprega em seus trabalhos. Esse tom de dramaticidade e de emoção transmitidos aos espectadores ficou muito perceptível ao vermos os filmes aqui apresentados. O estilo de narração de Luiz Jatobá não era descompromissado dos objetivos dos filmes produzidos de Jean Manzon. Ele sabia que a sua voz teria participação importante no processo de convencimento do público sobre os discursos apresentados nos filmes.

O colorido na dicção, definido pelo timbre das vozes, é outro fator a se considerar. Alegria e arrebatamento pedem um timbre brilhante, de voz de ouro; textos calmos pedem voz de prata, de tonalidade suave, clara e delicada; trechos declamados, na tragédia e na oratória, pedem vozes de bronze, graves e volumosas, além de fortes; textos que exploram aspectos de ternura, tristeza e nostalgia, pedem vozes de veludo, doces e macias, graves e tranquilas; mistério, medo, pavor, pedem vozes cavernosas, muito graves. (SERGL, 2004, p. 8)

Ao analisarmos os filmes de Jean Manzon, encontramos o narrador Luiz Jatobá fazendo uso dos mais variados tipos de vozes. No momento histórico em que os filmes de Manzon foram produzidos e veiculados, a Amazônia para grande parte dos brasileiros era um conjunto de emoções como alegria, tragédia, mistério, medo e pavor, todos bastante materializados na voz de Luiz Jatobá.

O tom épico, de aventura e de desbravamento da Amazônia caracterizados nos filmes que mostramos neste trabalho, nos faz pensar em Luiz Jatobá como a voz de um arauto – os antigos oficiais da época medieval que eram encarregados de comunicar as notícias. Jean Manzon mais uma vez mostra sua habilidade técnica e preocupação em oferecer o melhor produto possível para quem contratava os serviços de sua produtora, ao contratar para a sua equipe um narrador que sabia muito bem transmitir as emoções e os objetivos dos filmes em que trabalhava.

Figura 20 – Apresentação do título do filme



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=bZTG6U961w>

Nas análises de alguns enunciados do filme *Coluna Norte*, percebemos como eles colocam em circulação uma rede de memórias que propõe uma Amazônia a ser conquistada pelo Estado brasileiro. Assim como no primeiro filme analisado, o título do filme, *Coluna Norte*, já nos dá alguns indicativos de suas motivações. A ideia de coluna, sem muita dificuldade pode ser associada às práticas militares, pois remete à ordem em que os soldados se organizam em seus pelotões. Não devemos desconsiderar que a abertura de uma estrada no meio da floresta amazônica era uma missão a cargo de soldados pioneiros que desbravariam aquela mata em uma grande marcha. Como afirma categoricamente uma das passagens do filme: “Aqui não podemos marcar passo. Temos de marchar. Arrostar o embate do perigo. De nós, jovens raças rijas, todo o resto depende” (COLUNA NORTE, 1960)

Este enunciado, tão marcante na narração do filme, faz parte do poema *Pioneers! O pioneers!* (Pioneiros! Ó pioneiros!), do poeta norte-americano Walt Whitman, que está no livro *Leaves of Grass* (Folhas de Relva), publicado em 1865. Whitman compôs esses versos em homenagem à expansão territorial norte-americana para a costa oeste do país, que culminou no quase total extermínio das sociedades indígenas nos Estados Unidos.

PIONEERS! O PIONEERS!

Come my tan-faced children,
Follow well in order, get your weapons ready,
Have you your pistols? have you your sharp-edged axes?
Pioneers! O pioneers!

For we cannot tarry here,
We must march my darlings, we must bear the brunt of danger,
We the youthful sinewy races, all the rest on us depend,
Pioneers! O pioneers!

Have the elder races halted?
Do they droop and end their lesson, wearied over there beyond
the seas?
We take up the task eternal, and the burden and the lesson,
Pioneers! O pioneers!

All the past we leave behind,
We debouch upon a newer mightier world, varied world,
Fresh and strong the world we seize, world of labor and the march,
Pioneers! O pioneers!⁹

PIONEIROS! Ó PIONEIROS!

Vinde, filhos meus de pele escura,
Segui em ordem, preparai vossas armas,
Carregai vós vossa pistola?
Sede vós com vossos machados afiados?
Pioneiros! Ó pioneiros!

Por aqui não podemos ficar,
Devamos marchar, meus queridos, devemos suportar o peso do perigo,
Nós, vigorosa jovem etnia, que todo o resto nos confia,
Pioneiros! Ó pioneiros!

Os velhos povos pararam de marchar?
Eles caíram ou terminaram seus deveres, cansados além-mar?
Assumamos a batalha eterna, e o fardo e os saberes,
Pioneiros! Ó pioneiros!

Deixemos para trás todo o passado,
Abramos caminho para um novo e viçoso mundo, mundo variado,
Fresco e vigoroso esse mundo, dele aproveitemos, mundo de labor e marcha,
Pioneiros! Ó pioneiros!¹⁰

A equipe de Jean Manzon, ao escrever o roteiro do filme, misturou citações do poema com outras falas. Mas, para além das questões de intertextualidade literária, uma questão bem mais verticalizada atravessa o poema e o filme: os dois traduzem uma posição discursiva relacionada à presença e aos direitos dos povos indígenas na América do Norte e na América do Sul. Nesta perspectiva os povos indígenas representam um obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso. Há, portanto, uma hierarquização racial, numa clara atualização do dispositivo

⁹ WHITMAN, Walt. Disponível em <https://whitmanarchive.org/published/LG/1891/poems/99>

¹⁰ Tradução de Nassif Jordy Filho

colonial, que estabelece quem tem direito à vida e aos benefícios dos Estados americanos. Estas práticas discursivas que continuam produzindo genocídios contra os povos indígenas, estão também materializadas no poema e no filme.

O dispositivo colonial sempre esteve imbricado com as mais diferentes mídias (das cartas dos viajantes às redes sociais de nossos dias), com os sistemas judiciários (nunca houve condenação ou mesmo retratação em relação às mortes dos indígenas¹¹), com o dispositivo escolar (a história ensinada em nossas salas de aula), em nossas conversas cotidianas, quando ouvimos que não existem mais índios de verdade e tantos outros enunciados pejorativos e hierarquizantes que se naturalizaram sobre os povos indígenas. Jean Manzon e suas produções, associadas a diferentes governos, sejam os considerados mais progressistas como o de JK, ou o mais autoritários como a ditadura militar de 64, colocou em circulação novas atualizações dos discursos coloniais.

3.2 - Procurando brechas no discurso de Jean Manzon

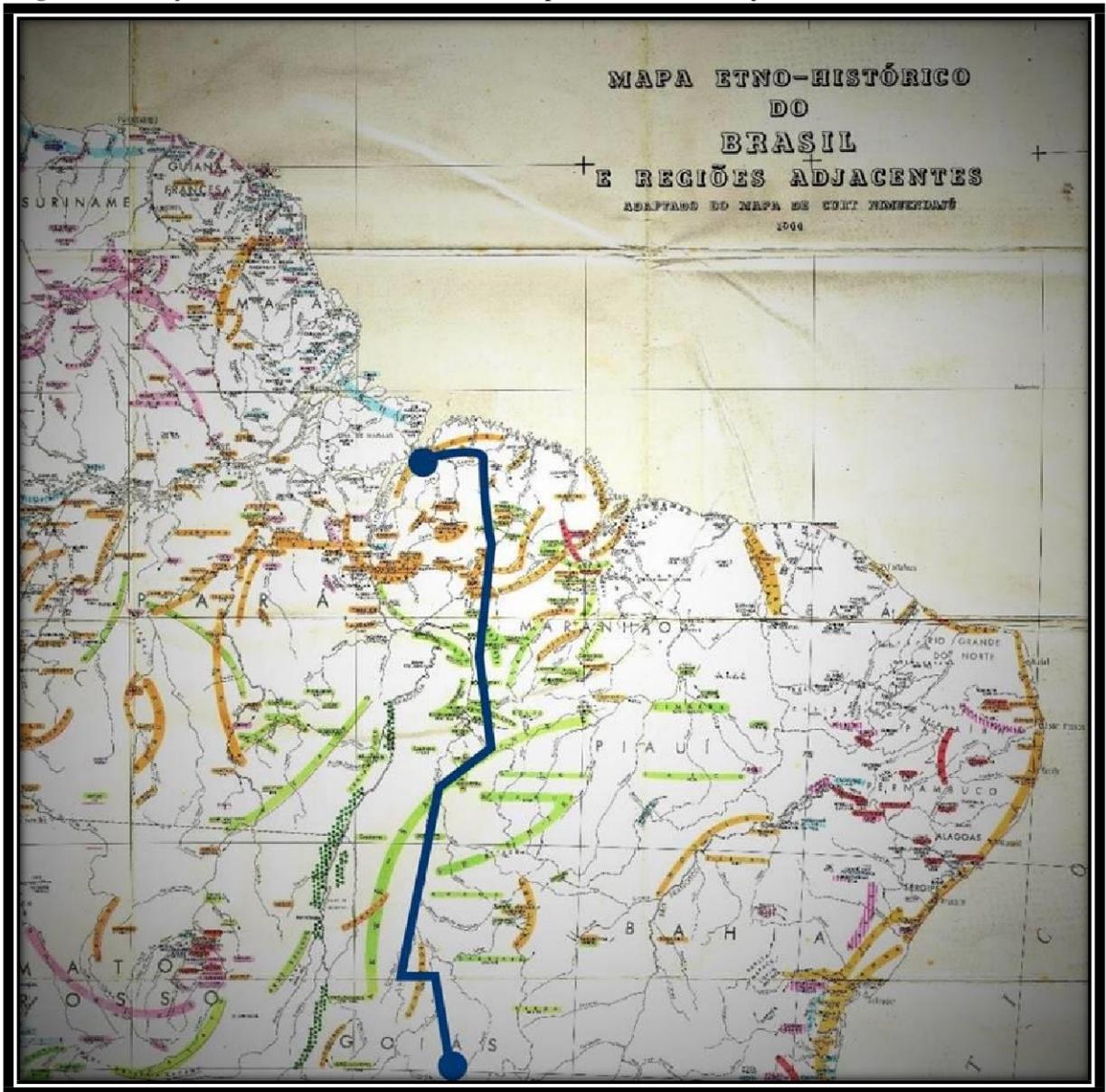
Nos levantamentos realizados para esta dissertação, podemos perceber uma carência de trabalhos de pesquisa na área da comunicação e da história que retratem como eram as regiões afetadas pela construção da Belém-Brasília, silenciadas nos filmes de Jean Manzon. Precisamos recorrer aos estudos sobre povos indígenas que antecedem o governo JK e aos relatos orais dos próprios indígenas afetados pela construção da rodovia. A partir do que nos diz Corrêa (2013), buscaremos as brechas no discurso propagado por Jean Manzon, seus pontos de fuga, para chegar aos povos indígenas da região. Sem muita dificuldade, vamos encontrar registros sobre as sociedades indígenas desta região e de como tiveram suas vidas modificadas com a abertura da estrada.

3.2.1 - Nimuendajú e os Apinayé: mapa e narrativa

Nos rastros dos silenciamentos produzidos pelos filmes, os estudos sobre os povos indígenas, desde o início do século já indicavam a presença de várias sociedades na área onde se construiu a Rodovia Belém-Brasília. Em função destes estudos, é difícil acreditar que o governo brasileiro desconhecesse a presença destes povos na região.

¹¹ No dia 5 de fevereiro de 2018, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado brasileiro por violação de direitos do povo Xukuru, que vive em Pernambuco. Mesmo não sendo uma condenação do sistema judiciário brasileiro, a sentença da Corte Interamericana é significativa e pode representar uma jurisprudência sobre a reparação dos atos de violência praticados pelo Estado brasileiro aos povos indígenas. Conferir: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/13/politica/1520949894_800892.html e http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_346_esp.pdf

Figura 22 – Traçado da rodovia Belém-Brasília no mapa de Curt Nimuendajú



Fonte: Elaborado por Rodrigo Santos

Em 1940, o etnólogo alemão Curt Nimuendajú elaborou um Mapa Etno-Histórico do Brasil. Nimuendajú trabalhou mapeando as sociedades indígenas no território brasileiro e morreu em uma aldeia indígena no Alto Solimões, no estado do Amazonas. A seguir um pequeno histórico sobre sua biografia.

Nascido em Iena, Alemanha, no ano de 1883, Curt Unkel emigrou em 1903 para o Brasil. Dois anos mais tarde convivia com os índios Guaraní no oeste de S. Paulo e no sul de Mato Grosso, tendo deles recebido o nome de Nimuendajú, que adotou e pelo qual se tornou conhecido na literatura etnológica. Trabalhou para o Museu Paulista, então sob a direção de Hermann von Ihering, e para o recém criado Serviço de Proteção aos Índios, chefiado por Rondon. Ao mesmo tempo ampliava seus conhecimentos sobre a etnografia brasileira através a leitura e correspondência com etnólogos nomeada. Em 1913 transfere-se para a Amazônia e seus contatos com os

índios dessa região datam do ano seguinte, quando visita os Tembés, Urubus e Timbiras. (NIMUENDAJÚ, 1983, p.7)

Fizemos um recorte (Figura 18) na área que hoje corresponde a rodovia Belém-Brasília e imaginamos o traçado da estrada tomando como referência o ponto em que está localizada a cidade de Belém até o centro do estado de Goiás, onde está situada Brasília. A partir destas informações, podemos inferir que algumas sociedades foram diretamente afetadas pela construção da estrada.

Foi inevitável para estas sociedades indígenas afetadas não entrar em contato com os homens que trabalharam na abertura da estrada. E pelos objetivos do governo brasileiro, tão bem apresentados nas produções de Jean Manzon, que tomou como referência os genocídios dos povos indígenas nos Estados Unidos, não foi um contato pacífico. É inevitável também pensar no quanto ele foi danoso a estes povos. Com todas as suas singularidades históricas, trata-se de um acontecimento que se encadeia na rede de memórias da colonização. Desta vez não mais orquestrada pelo colonizador português, mas pelos interesses do capital internacional, agenciado por um grupo de políticos e empresários brasileiros. O dispositivo colonial se inscreve com suas novas estratégias.

Como vimos anteriormente no recorte do mapa, na região da Rodovia, havia, segundo Nimuendajú pelo menos três povos indígenas, Apinayé, Anambé e Guajajara, e uma pesquisa de maior envergadura poderia investigar mais verticalmente como estas sociedades se movimentaram depois da construção, os registros documentais deste período sobre esta região, ou mesmo partir da história oral destes diferentes povos sobre a construção da estrada, o que não é nosso objetivo nesta dissertação. Para visibilizar a situação dos povos indígenas, selecionamos a sociedade sobre a qual temos mais acesso a informações: o povo Apinayé.

Esta sociedade estava localizada na região de confluência entre os rios Tocantins e Araguaia, seu território começou a sofrer com invasões de posseiros desde o final do século XVIII e foi acentuando-se ao longo do século XX, com a implantação de grandes projetos de desenvolvimento e a abertura das estradas Belém-Brasília e Transamazônica. Neves (2009) analisou uma narrativa do povo Apinayé, em que eles contam como teria surgido o homem branco na cosmologia deles:

Vanmegapraná

Uma rapariga pública de nome Nyimõgo ficou prenhe. Um dia quando se banhava no riacho, o seu filho saiu-lhe do ventre, nadou, transformado em paca, brincando ao redor da mãe e voltou ao seu lugar primitivo. Fez isto por um longo tempo, até que, finalmente, não mais voltou para o ventre materno.

Quando Nyimõgo ia com as outras mulheres cavar batatas na roça, ela deixara a criancinha na sombra de uma árvore. De repente as mulheres observaram de longe

como o pequeno Vanmegapraná se punha de pé, mas quando chegavam junto dele, já havia se transformado outra vez na criancinha pequena e fraca.

Quando Nyimõgo ia buscar água, ela levava o menino sentado no cinto, mas assim que saía da aldeia, o menino crescia e corria ao seu lado. Na volta ele se transformava outra vez em criancinha mole, carregada no cinto.

O irmão de Nyimõgo tinha ódio ao menino e exigiu dela que o matasse, mas não quis fazê-lo porque o menino era muito bonito. Então o irmão fez um buraco e enterrou Vanmegapraná vivo, mas à meia noite ele se livrou da sepultura, indo ter com a mãe para mamar. Na manhã seguinte o irmão de Nyimõgo, vendo-a com a criança sobre os braços perguntou como era possível aquilo e ela contou que o menino tinha voltado para si, só. Então, levou-a com o filho a beira de um abismo, arrancou-lhe o menino e por mais que a avó deste chorasse e pedisse, arremessou-o pelo telhado abaixo. Vanmegapraná, porém, transformou-se numa folha seca, descendo devagar, em espirais, para o chão. O irmão de Nyimõgo procurou o pé do telhado até que achou a folha, queimando-a numa fogueira distante dos olhos da avó e da mãe, que choravam muito. Todos acreditavam que Vanmegapraná tivesse morrido desta vez.

Contudo, ressuscitou da cinza em forma de um homem branco. Foi à beira do riacho e atirou farinha de mandioca de cuia, aos peixes; imediatamente os peixes brancos se transformaram em gente branca e os peixes pretos, em negros. —Mais tarde também me perseguireis!! disse Vanmegapraná. Fez uma casa grande daquelas que todos os cristãos possuem hoje.

De madrugada, os índios da aldeia ouviram o canto do galo a grande distância; depois também as vozes de cavalos e vacas. —Que animais serão estes?! — perguntavam eles admirados.

Depois viram subir fumaça ao longe e verificaram que tinham um vizinho. Um dele resolveu ir até lá e Vanmegapraná mostrou-lhe os animais domésticos e lhe disse os nomes. Depois mandou chamar os seus parentes e deu-lhes arroz e carne de gado para comer, ensinando como deviam preparar essas comidas. Ao seu tio disse: —Se não tivesses me perseguido serias agora um homem rico‘. Depois perguntou a Nyimõgo se o reconhecia. Ela respondeu que não e então ele lhe disse que era seu filho. Nyimõgo chorou muito. Vanmegapraná deu muitos presentes aos seus parentes e mandou-os embora em paz.

Vanmegapraná era o velho imperador D. Pedro II. (NIMUENDAJÚ: 1956, 126)

Segundo Neves (2009), “esta narrativa foi traduzida por Nimuendajú no início do século XX, mas dependendo do momento vivido pelo grupo, ela recebe desfechos diferentes”. Seguindo este raciocínio, é muito provável que se a narrativa fosse ouvida à época em que a construção da rodovia afetava diretamente as práticas cotidianas dos Apinayé, no desfecho, o homem branco poderia ser chamado de Bernardo Sayão ou Juscelino Kubitscheck.

Como não realizamos uma pesquisa de campo com a sociedade Apinayé, não sabemos se eles produziram em sua cosmologia uma outra explicação para o contato com os povos não-índigenas, Na narrativa registrada por Nimuendajú, a chegada do homem branco é atribuída a acontecimentos envolvendo as ações dos próprios Apinayé e vista de forma positiva, como se este contato representasse um benefício para eles. Sabemos bem que não foi desta forma que a história aconteceu e que a chegada da pecuária é responsável, em grande medida pela devastação da região, que seria profundamente acentuada depois da construção da rodovia. Também seria incoerente Vanmegapraná, depois de sofrer tanta perseguição, oferecer benefícios aos Apinayé, sem lhes atribuir nenhuma punição.

Esta narrativa assim como a sociedade que a produziu, invisibilizada na produção audiovisual de Jean Manzon, aqui foi retomada para mostrar como alguns discursos são silenciados e outros postos em circulação, a partir das condições de possibilidades de um determinado momento histórico. Jean Manzon, em seus filmes não estava comprometido com as memórias e nem mesmo tomou como existente as sociedades indígenas que estavam na linha da “integração nacional”. No entanto, quando pretendemos olhar para a história de uma forma mais plural, podemos contá-la a partir de outras perspectivas, indo além desta “memória oficial”, instituída pelo Estado e suas mídias oficiais. Podemos e devemos levar em consideração as vozes de outros sujeitos que sempre povoaram a Amazônia e a América Latina, as sociedades indígenas.

3.2.2. Onde estão os índios?

Em 1960, o jornalista Arnaud Pierre percorreu toda a extensão da rodovia Belém-Brasília para fazer um livro-reportagem. O jornalista saiu de Belém até Brasília antes mesmo de a estrada ser oficialmente inaugurada, sendo um dos primeiros a circular pela nova rodovia, antes mesmo do então presidente JK. Em seu relato, ele conta algumas histórias sobre a presença de indígenas durante a construção da estrada:

Rasto de Homem Branco na Mata

Falando de índio, me lembro que foi em Imperatriz que me deram uma flecha de caça dos índios També, que desde então me acompanhou em viagem, amarrada na capota do jipe. Os També trocaram aquela flecha por chumbo de caça no posto de Itinga. Chegaram empunhando uma carabina e assustando a caboclada, que tratou logo de satisfazer-lhes a vontade, para vê-los longe bem depressa. Devo dizer que, soube aqui, os cassacos têm receio dos índios, aos chamam de “caboclo”. Logo que se iniciou o desmatamento, era uma dificuldade fazê-los entrar na mata, para caçar. Vinha sempre a desculpa apavorada:

- Tem caboclo, dotô, não vou não...

Só com o tempo aqueles homens, que tanto quanto os engenheiros tinham vindo de longe, se certificaram de que a floresta é vazia de gente. De fato, quem pode ali viver? Nem índio! É erro generalizado julgar-se a Amazônia cheia de índios, hoje ou antes de Cabral. Nos campos de Marajó, sim, eles abundavam. O pouco contato que até agora os construtores da Belém-Brasília tiveram com os índios foi procurado pelo próprio branco. E se passou da maneira como vou narrar.

Logo depois do “inverno” do ano passado, uns homens que partiram do acampamento do rio Itinga (como já disse, principal formador do Gurupi) encontraram, 15 km a jusante do ponto em que a estrada corta o rio, uns sítios abandonados na foz do Cajuapara. Ali observaram restos de cabanas e mangueiras, coqueiros, cajueiros, laranjeiras e até pés de café. Segundo me disseram, os homens saíram explorando a região a mando do engenheiro, e o achamento dos sítios deveu-se ao acaso. Estou inclinado a acreditar, no entanto, que quem os mandou conhecia um dos mapas que levo, o Teresina-NO, que assinala no alto Gurupi, na foz do Cajuapara, três sítios. Um com o nome de Cajuapara mesmo, e os outros de Emídio e Jacinto. O mapa dá aqueles sítios como o ponto extremo do povoamento do grande rio, que foi verdade no passado, porque seus moradores já os abandonaram. Foram os próprios índios que deram tal notícia.

Afinal Surgem Índios

Descobertos os sítios, os engenheiros resolveram manter uma pequena turma de trabalhadores no Cocal, nome que deram ao lugar. Em novembro passado, os caboclos quase debandaram com a chegada ali de um grupo de índios. O chefe falava mal-mal o português, mas se entendeu bem com o Franklin, um mineirão astuto e experiente, feitor dos trabalhadores do Cocal. Em troca de informações sobre os antigos moradores (o que intrigava a todos), Franklin deu aos índios munição e aquela espingarda com que eles apareceram no Itinga, causando pânico. Disse o chefe índio que ali moraram uns antigos garimpeiros do Gurupi, e que, havia muito tempo, se retiraram rio abaixo. Afirmou o índio que ele e sua gente observavam, desde o início do desmatamento, os trabalhos da estrada na floresta, mostrando-se curiosos sobre o que ia acontecer por ali. Disseram, ainda, que tem como inimigos os índios Urubu, que vivem nas matas do alto rio Pindaré, no Maranhão. Segundo me contou o Dr. Mota, a quem devo essas informações, os Urubu estão sendo exterminados no Gurupi pelos garimpeiros, que no “inverno” se tornam “castanheiros”, ou catadores de castanha do Pará. Mas aqueles índios, que vêm repudiando sistematicamente o contato com o branco, quando os pegam distraídos também não os deixam de pele no corpo.

Os índios ficaram dez dias no Cocal, com o Franklin, e se foram prometendo voltar. Julga-se, no entanto, que já abandonaram a região, afugentados com o movimento na estrada. (PIERRE, 1960, p. 56 e 57)

A imagem anterior foi retirada da obra *Os Apinayé*, de 1983. Nesta obra, Curt Nimuendajú elenca entre as aldeias existentes desse povo, uma delas chamada Cocal. Inferimos que a região do Cocal a qual se refere o jornalista Arnaud Pierre e que estava ocupada por trabalhadores da estrada seja a mesma região habitada pela sociedade Apinayé. Como vimos, o contato entre indígenas e os não-indígenas não foi nada amistoso e tinha muitos aspectos danosos as sociedades indígenas. Porém, esses conflitos não podiam ser mostrados nas imagens de Jean Manzon, pois estes embates não estavam em consonância com o discurso desenvolvimentista do governo de Juscelino.

Figura 24 – Notícia circulada no jornal *Folha do Norte* – 26/01/1960



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana - Belém

Durante a “Caravana da Integração Nacional”, a imprensa massiva também atestou a presença dos indígenas no caminho da estrada, como podemos perceber na notícia mostrada acima, extraída do extinto jornal da cidade de Belém, *Folha do Norte*, de janeiro de 1960. Assim como no livro de Pierre, o jornal também nos dá indícios de que a relação entre os envolvidos na construção da estrada, dos trabalhadores ao Estado Brasileiro, não era muito pacífica e amistosa, o que vai de encontro ao que Jean Manzon buscava transmitir a sociedade

através das lentes das suas câmeras. Os povos indígenas estavam em permanente resistência às interferências danosas que a abertura da Belém-Brasília criou.

3.3 – Quatrocentos e poucos anos de resistência

Os acontecimentos discursivos expostos neste trabalho mostraram que desde a chegada dos portugueses à Amazônia, a região passou a ser território de dominação e exploração, sem esboçar resistência a estes processos. Mas essa é a história contada pelos conquistadores ou vencedores, que desde o século XVII funcionam como uma espécie de enunciadores da história oficial da região, aquela presente nas mídias, no sistema judiciário, no livro didático e muitas vezes nas conversas cotidianas. Durante estes processos predatórios, no entanto, houve e ainda há muita resistência por parte das sociedades amazônicas e principalmente indígenas. Dos Tupinambá no século XVII, que travaram várias lutas contra os portugueses em busca da sua sobrevivência àquele processo danoso, aos Munduruku que atualmente, no século XXI, lutam para que suas terras não sejam devastadas por usinas hidrelétricas e projetos de exploração mineral, a história dos povos indígenas da Amazônia é marcada por lutas e resistência à colonialidade que atua sobre seus territórios.

Ainda que os filmes de Jean Manzon analisados nessa pesquisa, invisibilizassem a presença das sociedades indígenas nos “caminhos do progresso”, vimos que elas estavam ali, buscando a sua sobrevivência e existência. Estes filmes acabaram por reforçar o discurso da Amazônia como uma região despovoada, aonde finalmente chegaria o progresso e o desenvolvimento para aquele território até então, isolado do restante do país. Esse processo de invisibilização, mais uma estratégia do dispositivo colonial, no entanto, não está restrito apenas aos filmes de Jean Manzon e ao projeto de desenvolvimento e integração de Juscelino Kubitschek. Ele não inicia e nem tampouco finaliza com estes acontecimentos. Ele representa um nó discursivo numa rede de memória, que se conecta a muitos outros momentos de dominação e colonização da Amazônia, como os períodos colonial, da economia da borracha ou dos governos militares.

Os processos predatórios pela qual passaram as sociedades indígenas, desde o final do século XVI, com a chegada dos europeus, até os nossos dias, também produziram muita resistência e fizeram com que esses povos fossem um dos movimentos mais atuantes e organizados existentes no Brasil.

A luta de resistência dos povos indígenas já dura quase meio milênio, mas foi durante a ditadura militar que começaram a compreender a necessidade de se organizar para resistir à investida das frentes de expansão econômica que chegam para roubar suas terras, separá-los de seus meios de produção e transformá-los em

mão de obra barata, exterminando-os dessa forma como povos e arrasando sua identidade étnica. (SOUZA, 2015, p. 211)

Um dos embates contemporâneos mais incisivos entre os povos indígenas e o Estado brasileiro se deu durante o processo de elaboração da atual Constituição Federal, em 1988. Uma fortalecida e grande mobilização indígena garantiu que os direitos originários desses povos estivessem presentes na CF 88, especificamente no capítulo VIII, artigos 231 e 232.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, p.132-133)

Se no passado as lutas das sociedades indígenas não foram visibilizadas pelo dispositivo midiático à época da abertura das estradas e de outros períodos de intervenção nas terras indígenas, hoje, as condições de possibilidades históricas permitem que estas lutas possam emergir nas batalhas discursivas presentes nos produtos midiáticos.

Figura 25 – Frames do filme *Índio cidadão?*



Montagem: Rodrigo Santos

A Figura 25 traz alguns *frames* do filme *Índio cidadão?*, produzido no ano de 2014 pelo cineasta Rodrigo Arareju. O filme conta a trajetória da conquista do reconhecimento pelo

Estado brasileiro, através da promulgação da CF 88, dos direitos originários dos povos indígenas brasileiros. As narrativas presentes no filme são contadas pelos próprios indígenas que participaram da Assembleia Nacional Constituinte.

Porém, o filme retrata também que a consolidação dos direitos indígenas na CF 88, não significou um momento de tranquilidade e paz para os povos originários do Brasil. Desde 1988, os indígenas passaram a combater os diversos ataques do Estado brasileiro para que se alterem os dispositivos legislativos que resguardam as suas sociedades. Nas palavras de Valdelice Veron, liderança Guarani-Kaiowa, hoje a luta destes povos é para que se “faça o papel falar”. Isso significa que a luta primordial nos dias atuais é para que o Estado brasileiro respeite os seus direitos presentes na Constituição.

Atualmente, os indígenas lutam para que não se alterem os dispositivos legais de demarcação das suas terras. Hoje, essa prerrogativa cabe ao poder Executivo, porém, no Congresso Nacional, parlamentares que representam os interesses do agronegócio estão querendo modificar a legislação, por meio da Proposta de Emenda a Constituição nº 215/2000 PEC 215/2000, de autoria do ex-deputado Almir Moraes Sá, do Partido da República-RR

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 49 um inciso após o inciso XV, renumerando-se os demais:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XVIII - aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações já homologadas;

Art. 2º O § 4º do art. 231 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 231

§ 4º As terras de que trata este artigo, após a respectiva demarcação aprovada ou ratificada pelo Congresso Nacional, são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 8º Os critérios e procedimentos de demarcação das Áreas Indígenas deverão ser regulamentados por lei. (PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215, 2000)

Figura 26 – Frames do filme *Índios no poder*



Montagem: Rodrigo Santos

Os ataques vindos dos membros do Congresso Nacional contra os direitos das sociedades indígenas se acentuam também pelo fato de nenhum parlamentar das casas do Legislativo brasileiro ser indígena. E mesmo que os indígenas se mobilizem de forma bastante incisiva, a falta de um representante no Parlamento se torna um obstáculo a mais. Além do poder econômico, principalmente do agronegócio, há também o poder político nas mãos de deputados e senadores da chamada bancada ruralista¹².

Estes desafios estão presentes no filme *Índios no poder*, também produzido por Rodrigo Arareju, no ano de 2015, o qual colocamos alguns frames acima. O filme mostra que os povos indígenas estão numa mobilização para ter representantes nas casas legislativas brasileiras, a exemplo do que aconteceu com Mario Juruna, único deputado indígena da história do Brasil. A aproximação de Mário Juruna com Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, figuras significativas do Partido Democrático Trabalhista-PDT, fez com que o indígena se filiasse ao partido e concorresse e vencesse as eleições de 1982 para a Câmara dos Deputados, elegendo-se pelo estado do Rio de Janeiro para o mandato de 1983-1987¹³.

¹² A chamada bancada ruralista consiste no agrupamento formado por deputados que possuem alguma ligação com o agronegócio. Institucionalizados como a Frente Parlamentar da Agropecuária-FPA, possuem uma estrutura única entre as frentes que atuam na Câmara dos Deputados. Em 2016, em levantamento da Agência Pública, 207 deputados compunham a bancada ruralista, o que equivale a 40% das cadeiras da Câmara federal. Para saber mais, ver <https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>

¹³ <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/juruna-unico-indio-eleito-no-congresso-nacional-gravava-promessas-de-politicos-21564758>

O filme *Índios no poder* nos revela que no momento atual várias lideranças indígenas estão sendo assassinadas por defenderem suas terras e irem de encontro aos interesses dos grandes empresários do setor rural. A resistência indígena, muitas vezes, se estabelece numa fronteira bélica, em que precisam também pegar em armas para defender seus territórios. Hoje, porém, existe a consciência entre as lideranças indígenas da necessidade de luta dentro dos organismos do Estado. Por isso, nas eleições recentes temos visto com frequência candidatos indígenas. Nas eleições para prefeitos e vereadores, em 2016, os resultados apontaram a vitória de 117 indígenas para Câmara de Vereadores espalhadas em todas as regiões do país. Além disso, três cidades brasileiras elegeram como chefe do Executivo municipal candidatos indígenas:

Quadro 04 – Prefeitos indígenas 2016

Prefeito	Povo	Município
Isaac Pyânko (PMDB)	Ashaninka	Marechal Thaumaturgo-AC
Zé Nunes (PT)	Xakriabá	São João das Missões-MG
Clovis Curubão (PT)	Tariano	São Gabriel da Cachoeira-AM

Fonte: Elaborado por Rodrigo Santos

Na cidade amazonense de São Gabriel da Cachoeira-AM, os indígenas conseguiram ainda eleger seis vereadores: Anderson Yanomami (PSL), Basilio Kuripaco (PSL), Alex Fontes (PT), Rafinha Brito (PSL), Professora Otacila Barreto (DEM) e Dieck Diógenes (PR), o que corresponde a 50% das cadeiras da Câmara de Vereadores do município¹⁴.

No ano de 2017, os indígenas sofreram um novo ataque através de mecanismos legais. Tentou-se rever a tese do marco temporal para a demarcação das terras indígenas. De acordo com esta tese, os povos que não estivessem em suas terras à época da Constituição de 88, não poderiam ser donos dos seus territórios. Esta tese vai de encontro ao que reconhece a Constituição Federal, que garante aos povos indígenas o direito originário das terras, como citamos anteriormente.

Em reposta a essa manobra legislativa, o movimento indígena organizou pela 14ª vez o Acampamento Terra Livre, uma enorme mobilização dos povos indígenas de todo o país em Brasília, que ocorre sempre no mês de abril, na semana em que se passa o dia do índio. O 14º

¹⁴ <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/10/03/norte-nordeste-sudeste-e-centro-oeste-elegem-candidatos-indigenas/>

ATL foi considerado a maior mobilização indígena dos últimos anos, reunindo cerca de 3 mil indígenas¹⁵.

O Brasil vive nos dias atuais os efeitos de uma ruptura democrática, ocorrida em 2016 com o impeachment da então presidenta da República, Dilma Rousseff em decorrência de articulações do seu vice, Michel Temer, que assumiu o poder, e de setores conservadores da sociedade brasileira. O governo de Michel Temer tem sido marcado por contrarreformas que retiram direitos adquiridos pela sociedade brasileira. No entanto, mesmo com essa ofensiva contra direitos historicamente adquiridos, como direitos trabalhistas, o movimento indígena tem sido, mais uma vez na história, um grande exemplo de luta e de defesa dos seus direitos. Atualmente, pela força e impacto das suas mobilizações, inferimos que atualmente o movimento social mais organizado e fortalecido no país é o movimento indígena. Essa organização se materializa com evidência, na histórica candidatura à vice-presidência da República em 2018, de Sonia Guajajara, umas das mais importantes lideranças indígenas do país.

A luta das sociedades indígenas é exemplo para o embate atual travado entre a sociedade e os setores mais conservadores que comandam o país atualmente. É necessário que as demais lutas existentes hoje no Brasil, sintam-se impulsionadas pela organização e força do movimento indígena brasileiro, que há mais de 500 anos resistem aos mais diversos ataques, mas que hoje estão tendo a possibilidade de reescreverem a sua história.

É possível constatar ao final desse capítulo que a história da Amazônia é constituída de acontecimentos que mostram uma permanente tensão entre os sujeitos envolvidos pelos discursos desenvolvimentista e integracionista, principalmente as sociedades indígenas e o Estado brasileiro. Esta tensão, que muitas das vezes se configurava em conflitos bélicos, os filmes de Jean Manzon procuravam ignorar, transmitindo aos seus espectadores uma aparente passividade das sociedades indígenas em relação às investidas indiscriminadas em seus territórios. Mas, podemos perceber que desde os Tupinambá no século XVII aos mais diversos povos indígenas dos dias atuais, a resistência indígena se faz presente na luta pela manutenção dos seus territórios e direitos.

Assim como o dispositivo colonial atualiza as suas formas de dominação e exploração nos territórios das sociedades indígenas na Amazônia, a resistência destes povos também se atualiza em novas formas de respostas a essas investidas indiscriminadas na região

¹⁵ Para mais informações sobre o ATL 2017, ver <https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2017/04/24/acampamento-terra-livre-2017-e-a-maior-mobilizacao-indigena-da-historia-no-brasil/>

amazônica. Hoje, o movimento indígena se articula em torno da sua participação nos organismos do Estado, como os poderes Legislativo e Executivo, elegendo candidatos de origens indígenas para ocuparem Prefeituras e Câmaras Municipais em algumas cidades do país. Esse movimento é uma resposta à atuação de setores presentes hoje na Câmara dos Deputados ligados ao agronegócio e que vão de encontro aos direitos das populações indígenas e outros povos tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Quando o samba começou na areia
Festa na aldeia de Tupinambá
Fez brilhar a luz da lua cheia
Deus Tupã clareia deixa clarear*

*Jurunas, Guaranis, Caingangues, Caipis
Terenas, Carajás e Suruís
Xavantes, Pataxós, Apurinãs, Kamayurás
Cambebas, Canidés e Cariris*

*São povos do Brasil donos desse chão
Herança cultural do nosso sangue
Eu sou Tupiniquim, sou Caiapó
Sou Curumim, Tumbalalá, Kaxinawá, Yanomami*

*Parintintin, Tabajara, Tiriyó, Macuxí
Potiguara, Anambé, Kaxixó, Ticuna
Tuyuka, Bakairi, Crenacarore, Kalapalo
Kanoê, Enawenê-nawê*

*Quando o samba começou na areia
Festa na aldeia de Tupinambá
Fez brilhar a luz da lua cheia
Deus Tupã clareia deixa clarear
Povos do Brasil – Leandro Fregonesi*

Iniciamos a parte final dessa dissertação ressaltando que não se trata de um ponto final da pesquisa. Esta inquietação mencionada no início do texto é permanente, pois ainda no século XXI, a Amazônia é lugar de ações indiscriminadas que partem do próprio Estado brasileiro associado a empresas multinacionais, que afetam de forma predatória o seu território e as suas sociedades.

O caminho da pesquisa é um processo que está em permanente mutação. Quando submeti o projeto para o processo seletivo no mestrado, a ideia era discutirmos o cinema de Jean Manzon sobre a Amazônia sob um aspecto que estivesse mais próximo aos estudos do audiovisual, claro, sem deixar de falar sobre a Amazônia. Mas durante o processo de escrita, os filmes de Jean Manzon foram ponto de partida para que contássemos uma “história do presente” (GREGOLIN, 2007a) da Amazônia. O nosso aporte teórico nos levou por esse caminho.

Vimos, através de uma série de acontecimentos que os discursos atrelados aos projetos de desenvolvimento e integração implantados na Amazônia, estão inseridos em uma rede de memórias, do qual fizemos o recorte histórico que toma como marco inicial a fundação da cidade de Belém. Esses discursos, contidos em uma série, não se repetem, mas sim possuem certas regularidades, que se modificam com o momento histórico vivido e formam uma formação discursiva sobre o desenvolvimento e integração da região amazônica.

Os discursos de desenvolvimento e integração da Amazônia funcionam através de dispositivos de poder formados por organismos de uma sociedade, nos quais podemos pensar no caso da Amazônia, no Estado brasileiro e nas empresas multinacionais que se instalam na região. Um dispositivo contém linhas de força e subjetivação assim como curvas de visibilidade e enunciação e a historicidade de outros dispositivos. (DEULEUZE, 1996) Desta forma, vimos que nos processos de intervenção desenvolvimentistas na Amazônia há uma confluência de dispositivos que atuam em um determinado momento histórico para atender às suas emergências.

Através do recorte temporal que fizemos neste trabalho, vimos aparecer o funcionamento de um dispositivo midiático, visibilizado e enunciado pelos filmes documentários do cineasta francês Jean Manzon. O cineasta foi responsável por publicizar e propagandear os discursos de diferentes momentos históricos, pois vimos que ele, de maneira muito ardilosa, sempre esteve nos núcleos hegemônicos de poder.

O dispositivo midiático, que colocava em circulação os discursos desenvolvimentistas e integracionistas em relação à Amazônia, estava alinhado à outro dispositivo, o colonial. Esse dispositivo colonial atua sob formas atualizadas de dominação, através da colonialidade, que renova as práticas coloniais na América Latina e consequentemente na Amazônia. Podemos perceber essa colonialidade na contínua implantação de projetos de desenvolvimento na Amazônia, sempre seguindo uma lógica de obras grandiosas, com grandes impactos sociais, ambientais e econômicos e que pouco traz de desenvolvimento para a região e para as suas sociedades. Percebemos isso atualmente em casos como da hidrelétrica de Belo Monte e em projetos de exploração mineral como o da empresa Vale.

A crítica que fazemos a esses projetos de desenvolvimento não é no sentido de que a região amazônica deve ser intocável e imutável. Mas sim que, há uma série de acontecimentos na história da Amazônia sobre um discurso desenvolvimentista e integracionista, com regularidades que nos confirmam que há uma persistência em um modo de política desenvolvimentista que não traz benefícios à região. Se retomarmos à época da construção da estrada Belém-Brasília, por exemplo, veremos que nos filmes de Jean Manzon colocava-se em circulação enunciados que mostravam como o discurso do progresso e desenvolvimento viraria uma realidade, a estrada iria fazer com que surgissem cidades ao longo da estrada e que estas seriam prósperas.

Para analisar os resultados deste processo em algumas cidades e em três Estados da federação envolvidos na construção da rodovia, vamos tomar como referência um índice bastante básico que pode nos informar se uma cidade está de fato desenvolvida ou em

desenvolvimento, o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, proposto pelas Organizações das Nações Unidas-ONU.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.¹⁶

Fomos então ao site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e coletamos alguns dados que estão nos quadros a seguir. No primeiro quadro, vemos o IDH dos estados que compõem a Amazônia e que são cortados pela Belém-Brasília. E em seguida pegamos cinco cidades do Pará que são cortadas pela rodovia.

Quadro 05 – Estados da Amazônia Legal cortados pela Belém-Brasília

UF	IDH	POSIÇÃO NO BRASIL
Tocantins	0,699	14°
Pará	0,639	24°
Maranhão	0,646	26°

Fonte: Elaborado por Rodrigo Santos

Quadro 06 – Cidades paraenses que são cortadas pela Belém-Brasília

CIDADE	IDH	POSIÇÃO NO PARÁ	POSIÇÃO NO BRASIL
Paragominas	0,489	19°	3201°
Mãe do Rio	0,599	49°	4167°
São Miguel do Guamá	0,591	67°	4372°
Aurora do Pará	0,519	126°	5461°
Ipixuna do Pará	0,489	137°	5543°

Fonte: Elaborado por Rodrigo Santos

Percebemos que, no quadro dos estados, dois deles ocupam os últimos lugares entre os 27 estados da federação, Pará e Maranhão e o melhor colocado é o estado do Tocantins. Já

¹⁶ Para saber mais: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>

entre as cidades paraenses, todas estão num nível razoável de desenvolvimento humano. É importante ressaltarmos que o IDH é medido de 0 a 1, em que quanto mais próximo o índice estiver de 1, mais desenvolvida é a região. Portanto, os estados da Amazônia e as cidades paraenses mostradas nos quadros estão num nível médio de desenvolvimento humano, o que é muito aquém do que é propagandeado pelos grandes projetos da região. Por isso se faz necessário questionarmos as práticas recorrentes de desenvolvimento para a Amazônia, uma vez que a história nos mostra que estas práticas têm se caracterizados mais por impactos negativos do que positivos.

Entre esses impactos, estão aqueles sobre as sociedades indígenas que são afetadas por essas intervenções na Amazônia. Porém, esses acontecimentos fizeram com que surgisse uma outra formação discursiva para além do desenvolvimento e da integração, que é a da resistência por parte, principalmente dos povos originários deste país, os indígenas, a esses danosos projetos. Como já falamos, desde os contatos iniciais entre os Tupinambá, que habitavam uma vasta área no litoral da Amazônia brasileira, e os primeiros europeus que aqui chegaram houve uma forte resistência à dominação estrangeira. A história que nos é contada ainda é dos vencedores e nela é passada uma possível passividade dos indígenas a essas investidas dominantes. Mas hoje, vimos que existe a possibilidade de encontramos brechas nesses discursos de dominação e recontarmos a história da Amazônia e das suas sociedades que historicamente habitam estas terras.

O momento atual do Brasil é marcado por um grande retrocesso na questão de direitos e garantias fundamentais ao cidadão brasileiro. O país hoje, após a ruptura democrática que tirou do poder a presidenta Dilma Rousseff e colocou Michel Temer em seu lugar, está sendo governado por setores conservadores da sociedade brasileira e que estão impondo uma agenda que está alinhada apenas a interesses da pequena parcela rica dos brasileiros. Dentro desse momento de muita resistência dos setores progressistas do país, está o movimento indígena, que acostumado a lutar por seus direitos e garantias há mais de quinhentos anos, é considerado por nós como o movimento mais organizado e fortalecido do país atualmente.

Consideramos muito simbólico e importante que num momento de bastante cerceamento, o exemplo a ser seguido e que possa impulsionar mais a sociedade brasileira, venha daqueles povos que historicamente lutam contra os desmandos de diversos poderes hegemônicos. E no momento em que as universidades brasileiras também sofrem com censura e ataques à sua autonomia, pensamos que essa pesquisa se alia à resistência dos povos indígenas e de todos aqueles que resistem e lutam pela manutenção da democracia no Brasil atualmente.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, Otacílio. **Marca Amazônia: o marketing da floresta**. Curitiba: CRV, 2016.
- BAINES, S. G. **A Usina Hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari**. Série Antropologia, v. 166, p. 1-15, Brasília, 1994. Disponível em <http://dan.unb.br/images/doc/Serie166empdf.pdf>
- BESSA FREIRE, J.R. **Rio Babel - a história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- BESSA FREIRE, J.R. **Da Língua Geral ao Português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Letras), UERJ. Rio de Janeiro, 2003.
- BEZERRA NETO, José Maia. **A Cabanagem: A Revolução no Pará**. IN: ALVES FILHO, Armando dos Santos; SOUZA JÚNIOR, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maia. **Pontos de História da Amazônia**. 3. ed. rev. ampl. Belém: Pakatatu, 2001.
- BIZELLO, Maria Leandra. **Imagens otimistas: Representações do desenvolvimentismo nos documentários de Jean Manzon - 1956-1961**. Dissertação (Mestrado em Multimeios), Unicamp, Campinas, 1995.
- BRAGA, Theodoro. **A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará**. 1908. Tela
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2011.
- BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição 215/2000**. Diário da Câmara dos Deputados. 19 abr. 2000. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19ABR2000.pdf#page=69>
- CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. **Formação Socioeconômica da Amazônia. Formação Socioeconômica da Amazônia**. CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio (Orgs.). Belém: Naea, 2015.
- CARVALHO, Vívian. **O Indígena na Telenovela Brasileira: Discursos e Acontecimentos**. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia). Belém, UFPA, 2015.
- CHAVES, Igor Gonçalves. **A Fundação da cidade de Belém inventada pelos pincéis artísticos**. Revista Hydra. São Paulo, v. 1, n.1, 2016. Disponível em
- CHEROBIM, Mauro. **Trabalho e Comércio nos Seringais Amazônicos**. Perspectivas (São Paulo). São Paulo: v. 6, p. 101-107, 1983.
- CORRÊA, Marcos. **O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o Ipês (1962/1963)**. Dissertação (Mestrado em Multimeios), Unicamp, Campinas, 2005.

CORRÊA, Maurício Neves. **Os Aikewára e a mídia: relações de poder, cultura e Mediação**. Dissertação de Mestrado. UNAMA, 2013

COSTA COUTO, Ronaldo. **Juscelino Kubitschek**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

COUTO, Mia. **Mulheres de Cinza**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

DAVIS, S. H. **Vítimas do Milagre. O desenvolvimento e os índios no Brasil**. Tradução Alexandre Faure Pontual. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega/Passagens, 1996. Disponível em http://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

_____. Diálogo sobre o poder. **Ditos e Escritos IV. Estratégias, Poder-Saber**.

MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. Nietzsche, a Genealogia e História. **Ditos e Escritos II. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOLHA DO NORTE. **Ameaçada de ser invadida pelos índios a rodovia Belém-Brasília**. 26 jan. 1960.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do Discurso e mídia: a (re)produção de identidades**. Comunicação, Mídia e Consumo (São Paulo), v. 04, p. 12-26, 2007a.

_____. **Discurso, história e produção de identidades na mídia**. 2007b. Disponível em: http://www.geocities.ws/gt_ad/mariadorosariogregolin.doc

_____. **Identidade: objeto ainda não identificado?**. *Estudos da Língua(gem)*, 2008. Disponível em: <http://www.estudosdalinguagem.org/seer/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/88/190>

GUZMÁN, Décio de Alencar. **A colonização nas Amazôniaas: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII**. *Revista de Estudos Amazônicos*, v. 1, p. 103-139, 2008. Disponível em: <http://www.ufpa.br/pphist/estudosamazonicos/arquivos/artigos/5%20-%20III%20-%20202%20-%20202008%20-%20Decio%20Guzman.pdf>

JORDY FILHO, Nassif Ricci. **Narrativas Orais Tembé-Tenetehara: percursos etnográficos, memórias e resistências**. Dissertação de Mestrado [Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia]. Belém. UFPA, 2016

KUBITISCHECK DE OLIVEIRA, Juscelino. **Discurso de 2 de fevereiro de 1960: Recebendo as colunas da Caravana de Integração Nacional.** Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1960/05.pdf/view>

KUBITISCHECK DE OLIVEIRA, Juscelino. **Por que construí Brasília.** Brasília: Senado Federal, 2000.

LIMA, Natasha Corrêa. **Juruna, o único índio eleito no Congresso Nacional, gravava promessas de políticos.** Jornal O Globo. 7 jul. 2017. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/juruna-unico-indio-eleito-no-congresso-nacional-gravava-promessas-de-politicos-21564758>

MANZON, Jean; NASSER, David. **43 dias nas selvas amazônicas.** Revista O Cruzeiro. Rio de Janeiro. 8 jan. 1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&PagFis=0&Pesq=>

MARTÍN-BARBERO, J. **A Comunicação na Educação.** São Paulo: Contexto, 2014.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Sob o signo da fé.** Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 8-10-1970. Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/24/@_@_download/file/24.pdf

MONTEIRO DA COSTA, José Marcelino. **Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal.** In: Mendes, Armando Dias (org.). Amazônia. Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos. Vol.2. Belém: Banco da Amazônia, 2003.

NARS, E. L. **Um olhar sobre o Brasil pelas lentes de Jean Manzon: de JK à Costa e Silva.** Araraquara, 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista.

NEVES, Ivânia. **A Invenção do Índio e as Narrativas Oraís Tupi.** Tese de Doutorado em Análise do Discurso. Campinas, SP: UNICAMP, 2009.

NEVES, Ivânia. **EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena.** MOARA, v.1, p. 26-45, 2015

NIMUENDAJU, Curt. Mapa Etno-Histórico do Brasil e regiões adjacentes. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1981-mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg

NIMUENDAJU, Curt. **Os Apinayé.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1983-apinaye/nimuendaju_1983_apinaye.pdf

OLIVEIRA, Francisco de. A Reconquista da Amazônia. **A Amazônia e a crise da Modernização.** INCAO, Maria Angela d'; SILVEIRA, Isolda Maciel da, (Orgs.). Belém: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFGPA, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009.

PIERRE, Arnaud. **Primeira viagem na Belém-Brasília.** SPVEA, Rio de Janeiro. 1960.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. Revista Perú Indígena, n.º 13(29), p. 11-20, 1992. Disponível em <http://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>

SENA, Arcângela Auxiliadora Guedes. **O indígena Notícia na Tv Liberal: corpos de memórias coletivas**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2015.

SERGL, Marcos Júlio. **Vozes do Passado na Polioralidade do Presente**. Anais de Congresso [Intercom]. Porto Alegre, 2004

SILVA, Camille Nascimento da. **A presença indígena nos grafites de Belém: Entre fraturas e resistências**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2017.

SOUZA, Márcio. **Amazônia Indígena**. Record. Rio de Janeiro. 2015

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio**. In: **Ensaio Insólitos**. Fundação Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro, 2013.

RICCI, Magda. **O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império (1808-1840)**. In: Mary Del Priore; Flávio Gomes. (Org.). Os senhores dos rios. Amazônia, margens e história. 1ed. Rio de Janeiro: Elsevier/ Campus, 2003, v. 1, p. 165-193.

TOCANTINS, Raimundo. **Mulheres Indígenas no Facebook: corpos, intericonicidade e identidades**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura). Universidade da Amazônia, 2013.

WHITMAN, Walt. **Pioneers! O Pioneers!**. Disponível em <https://whitmanarchive.org/published/LG/1891/poems/99>. Trad. JORDY FILHO, Nassif Ricci.

Filmes de Jean Manzon

Amazônia vai ao encontro de Brasília (1958) -
<https://www.youtube.com/watch?v=8FabQI1HV6A&t=244s>

A Constituição acima de tudo (1962) -
<https://www.youtube.com/watch?v=xeotAatGYj8&t=65s>

A malária no inferno verde (1954) -
<https://www.youtube.com/watch?v=y5oV4XttV5s&t=17s>

BR 3-Record Rodoviário (1957) -
<https://www.youtube.com/watch?v=uMxTKhmFfCA&t=35s>

Coluna Norte (1960) - <https://www.youtube.com/watch?v=bZTG6U961w&t=1s>

Eisenhower no Brasil (1960) - https://www.youtube.com/watch?v=vC0fuzC_rYY

O Bandeirante - <https://www.youtube.com/watch?v=l3we20Ahn98&t=7s>

O que é a Petrobrás (1953) - https://www.youtube.com/watch?v=_S1rtg-OCEg&t=64s

Outros filmes

Índio cidadão? (2014) - <https://www.youtube.com/watch?v=Ti1q9-eWtc8&t=2178s>

Índios no poder (2015) - https://www.youtube.com/watch?v=b_SyPY9rkzg&t=1s

Xingu (2012) - <https://www.youtube.com/watch?v=EBg8uGRIST8>

Cinejornal A Transamazônica (1970) -

http://zappiens.br:80/videos/cgiKdW90rULe96oOIdp6_M0Vq0UPTKPaFvbS-KSE0DwPIY.FLV

Cinejornal Informativo n. 6/1956 - http://zappiens.br:80/videos/cgi7p_ZMbKHMsy-M9vbWaokyfOiU_Erav2ywpkllii7Lgvs.FLV

Sites consultados

Agência Pública - <https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>

Amazônia Real - <http://amazonia.org.br/2016/03/hidreletrica-de-balbina-foi-um-crime-ambiental/>

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - <http://www.etnolinguistica.org/>

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira -

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Corte Interamericana de Direitos Humanos -

http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_346_esp.pdf

De olho nos ruralistas - <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/10/03/norte-nordeste-sudeste-e-centro-oeste-elegem-candidatos-indigenas/>

El País Brasil - https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/13/politica/1520949894_800892.html

Jean Manzon – Memórias do Brasil - <http://www.acervojeanmanzon.com.br/>

Mobilização Nacional Indígena -

<https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2017/04/24/acampamento-terra-livre-2017-e-a-maior-mobilizacao-indigena-da-historia-no-brasil/>

Movimento Xingu Vivo Para Sempre – <http://www.xinguvivo.org.br/>

Cinemateca Brasileira - <http://www.cinemateca.gov.br/>

IBGE Cidades - <https://cidades.ibge.gov.br/>

ISA – Instituto Socioambiental – Povos indígenas no Brasil -
<https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD Brasil -
<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>

Prefeitura Municipal de Paragominas - <http://www.paragominas.pa.gov.br/>

Teatro Amazonas - <https://portaltucuma.com/exposicao-fotograficas-sobre-teatro-amazonas-sera-inaugurada-nesta-quarta-feira-no-teatro-chamine/>

Teatro da Paz - <http://turismoparaense.blogspot.com.br/2015/11/theatro-da-paz-um-presente-do-passado.html>